



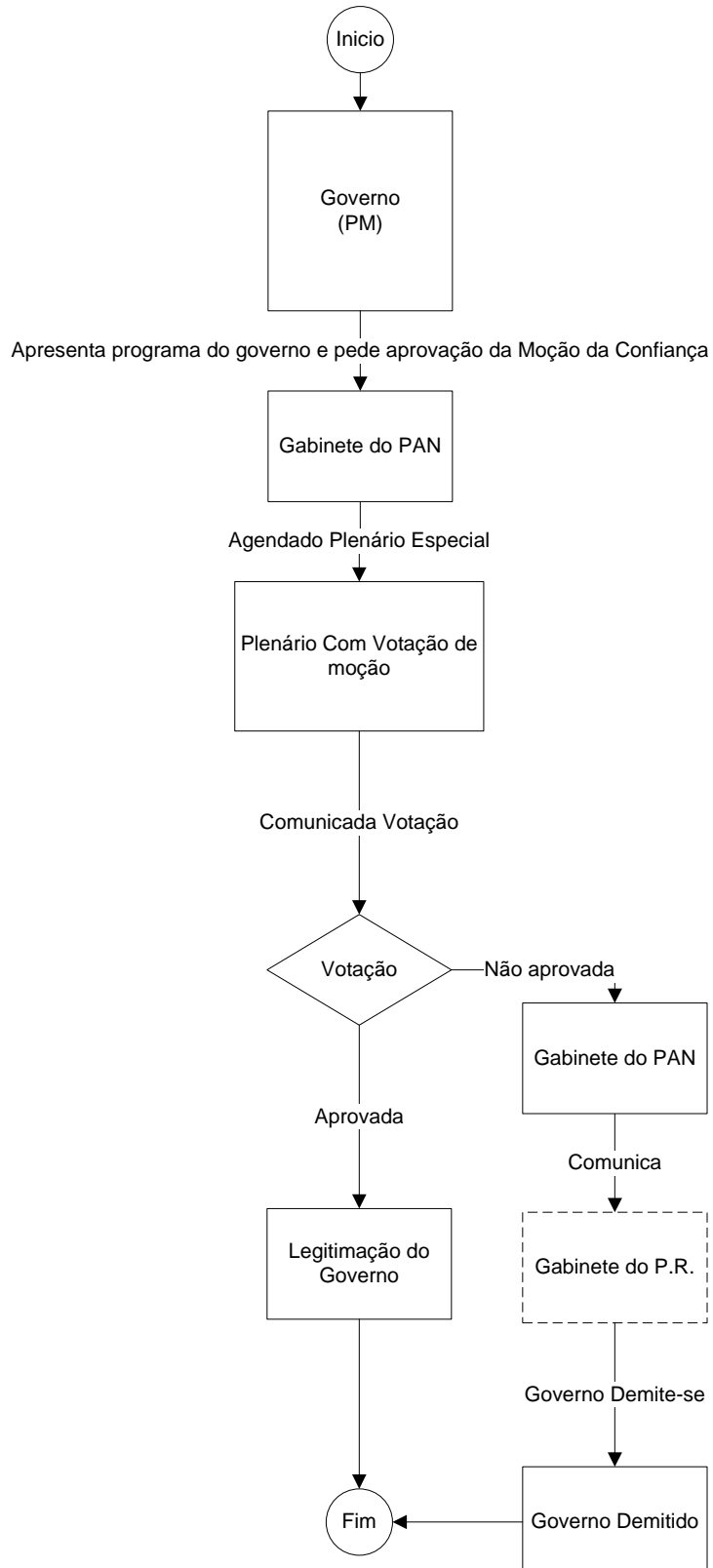
# Original Workflow Models for Cape Verde

## Informação necessária?

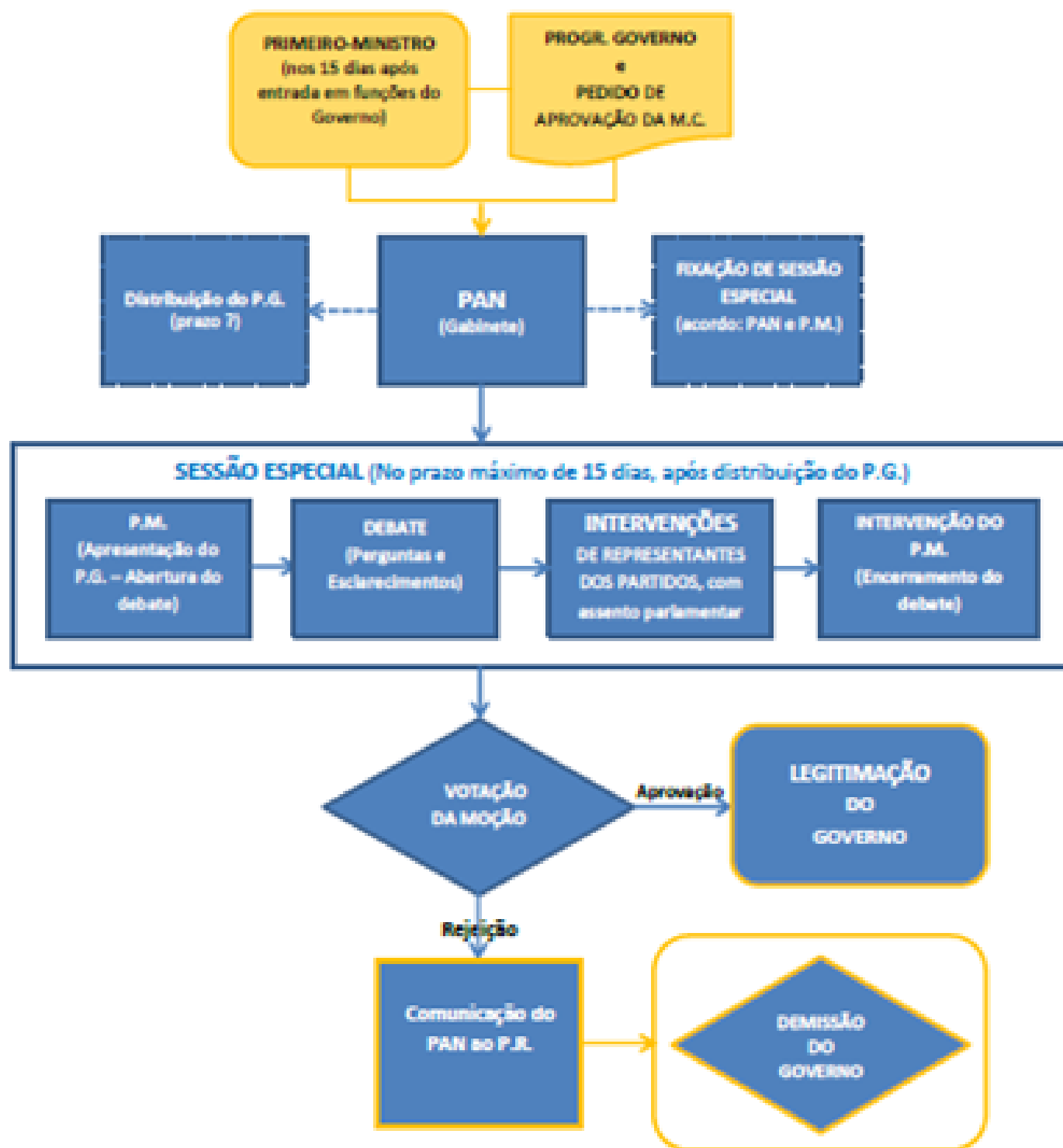
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (programa de governo, moção de confiança)
  - \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação

Disponibilização ao público?

## Apreciação do Programa do Governo



# 1. APRECIÇÃO DO PROGRAMA DO GOVERNO (art.sº 228º - 231º do RAN):



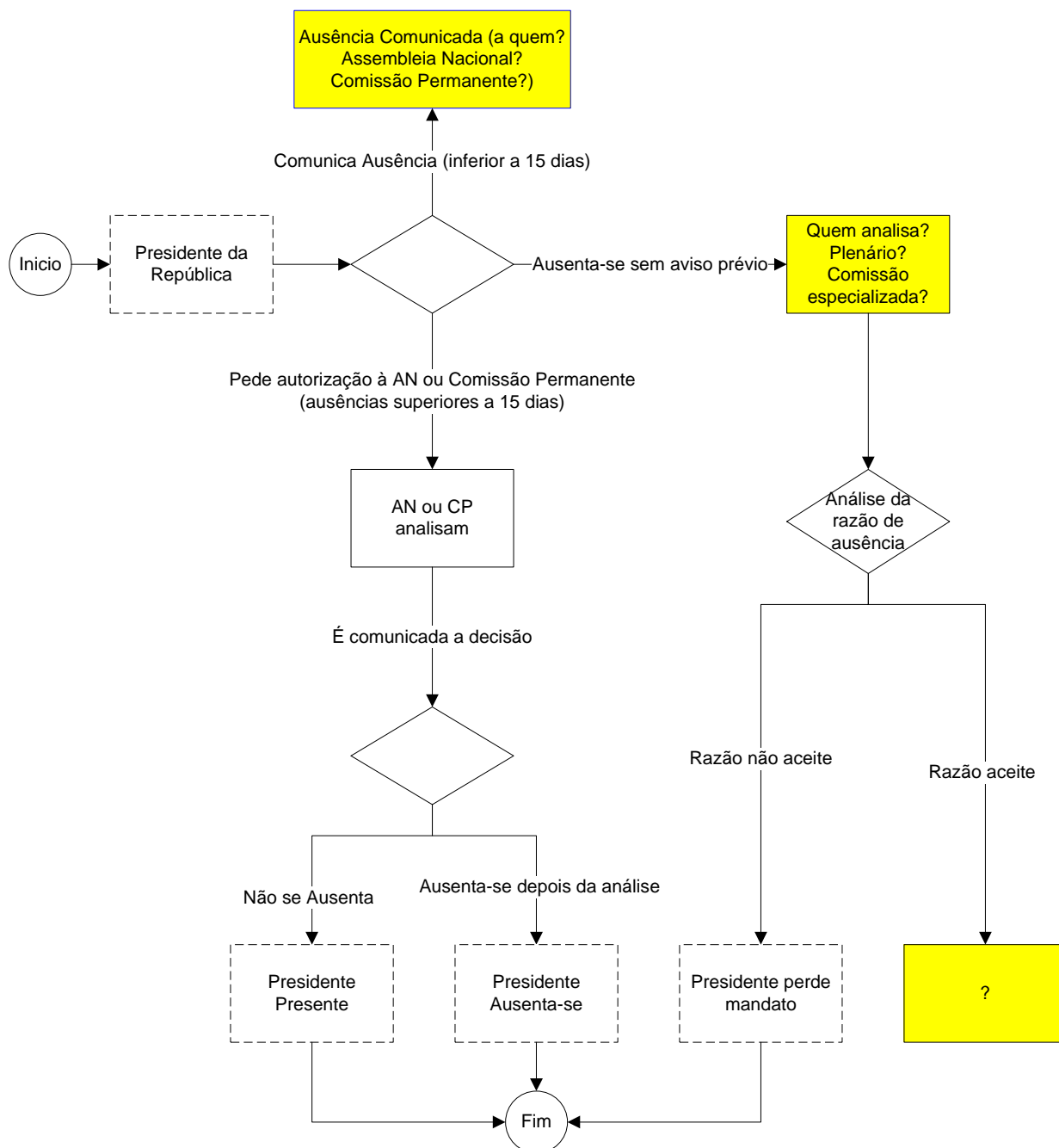
Obser: O debate do Programa do Governo e a votação da moção de confiança não podem exceder três dias de reuniões consecutivas e serão efectuados sem período antes da ordem do dia (art.º 230º/5 do RAN).

Informação necessária?

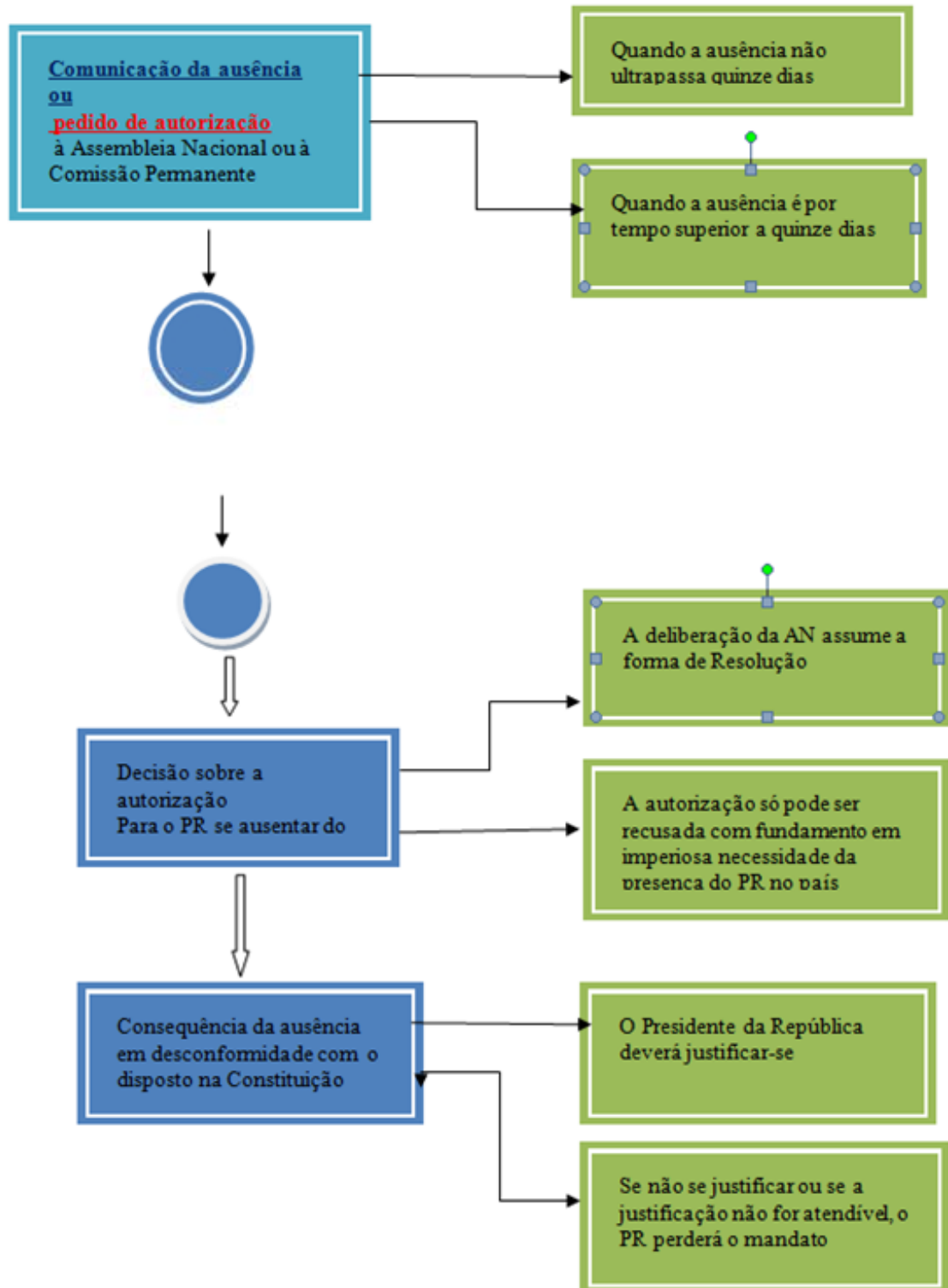
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (Pedido de Ausência do território Nacional, Justificação de ausência sem permissão)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Quem analisa? Ausência é comunicada a quem?

Disponibilização ao público?

## Ausência do Território Nacional



## B – Ausência do território nacional (Subsecção II)

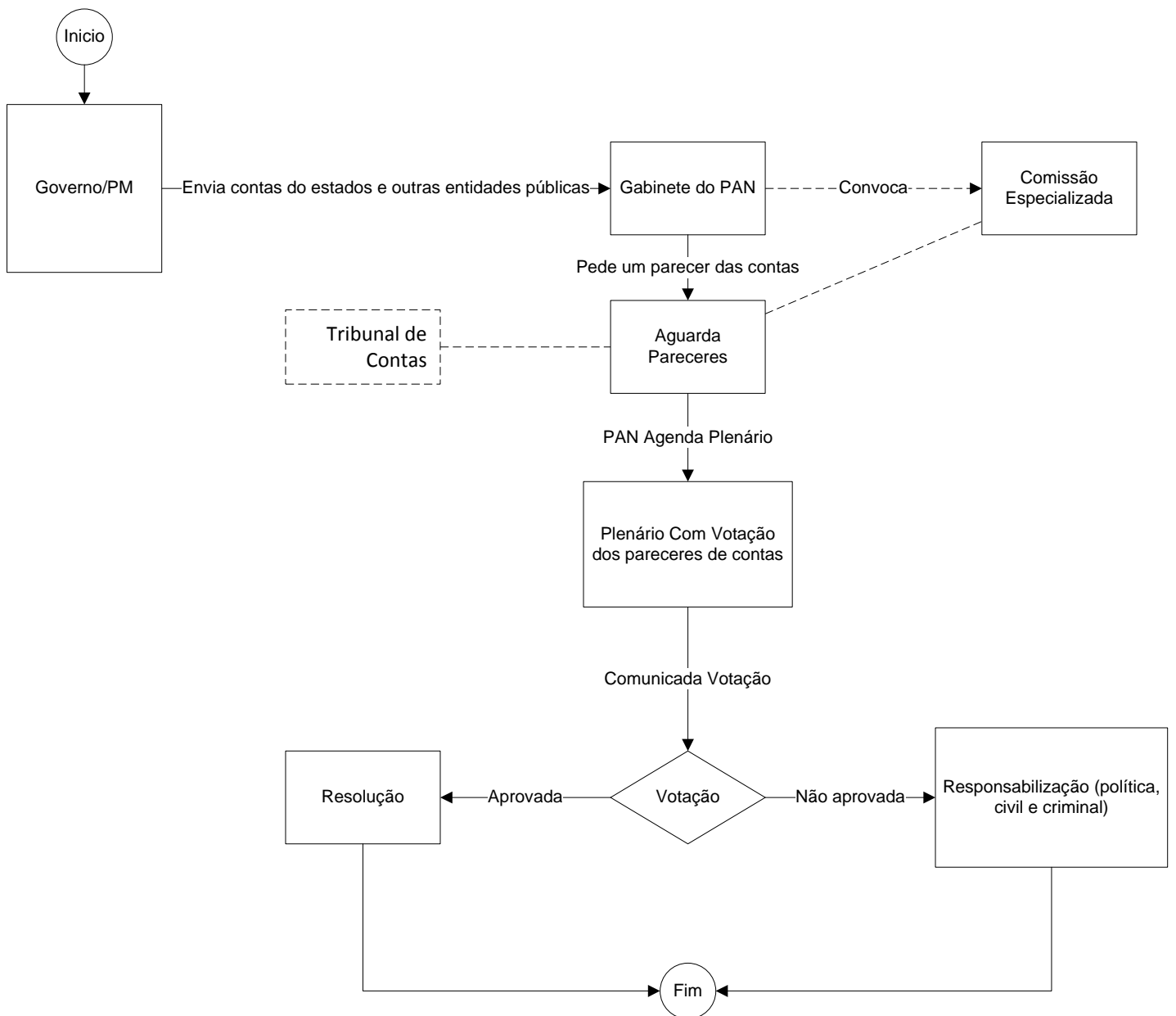


Informação necessária?

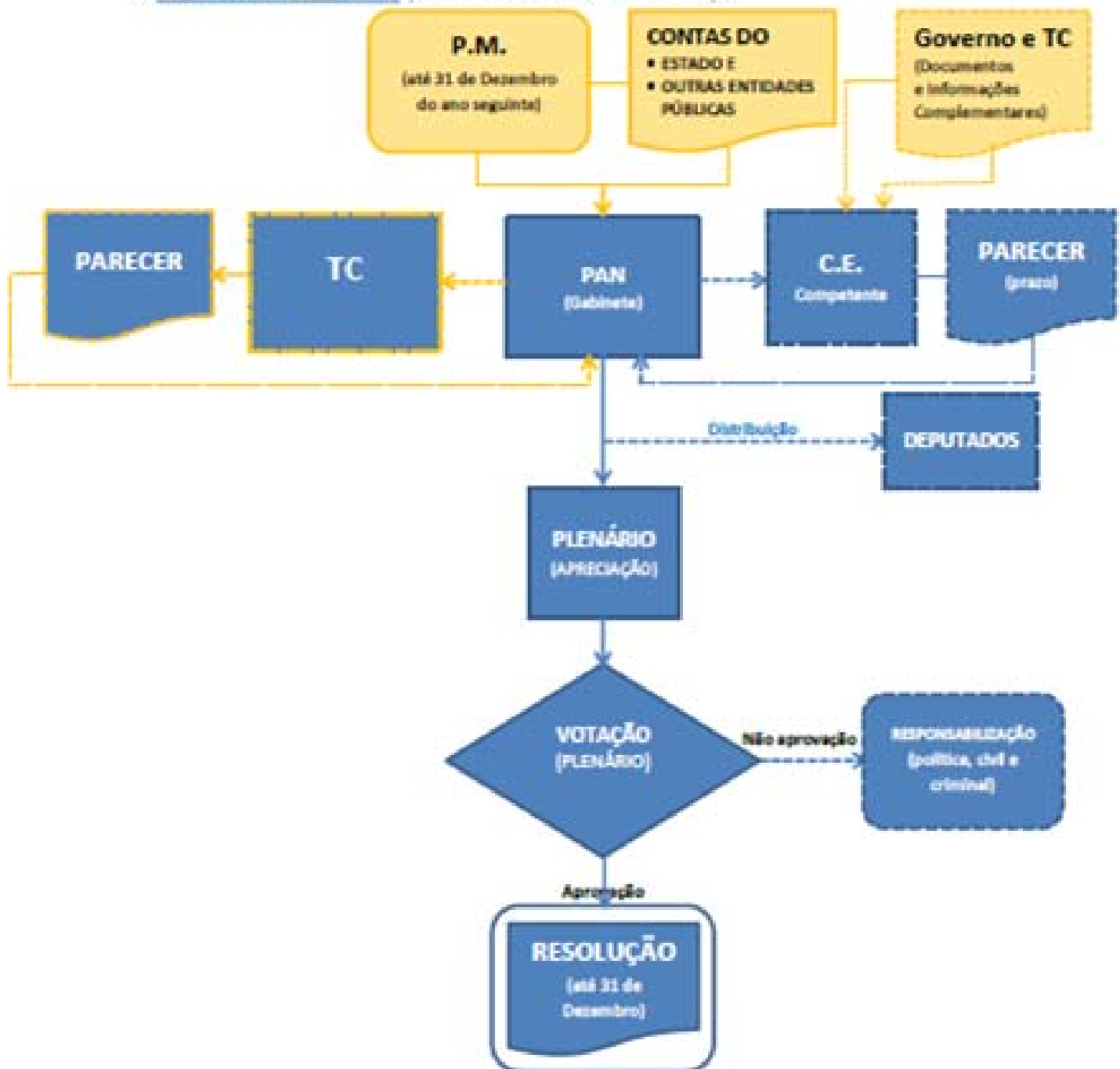
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (Contas do Estado)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* Como é eleita a comissão Especializada

Disponibilização ao público?

## Contas do Estado



## 2. CONTAS DO ESTADO (art.sº 223º - 227º do RAN):



Obser: O Governo (P.M.) remeterá ao PAN as Contas do Estado e de outras entidades públicas, até 31 de Dezembro do ano seguinte a que a mesma respeite (art.º 223º/1 do RAN). A Assembleia Nacional aprecia e vota as Contas nas dez primeiras Reuniões Plenárias do ano seguinte ao da remessa (art.º 225º do RAN) / "aprecia e aprova a Conta do Estado..., até 180 dias a contar da data fixada na CRCV"(art.º 31º/3 e 5 da L.O.E.)

AFIr.

Informação necessária?

\* Título

\* Resumo

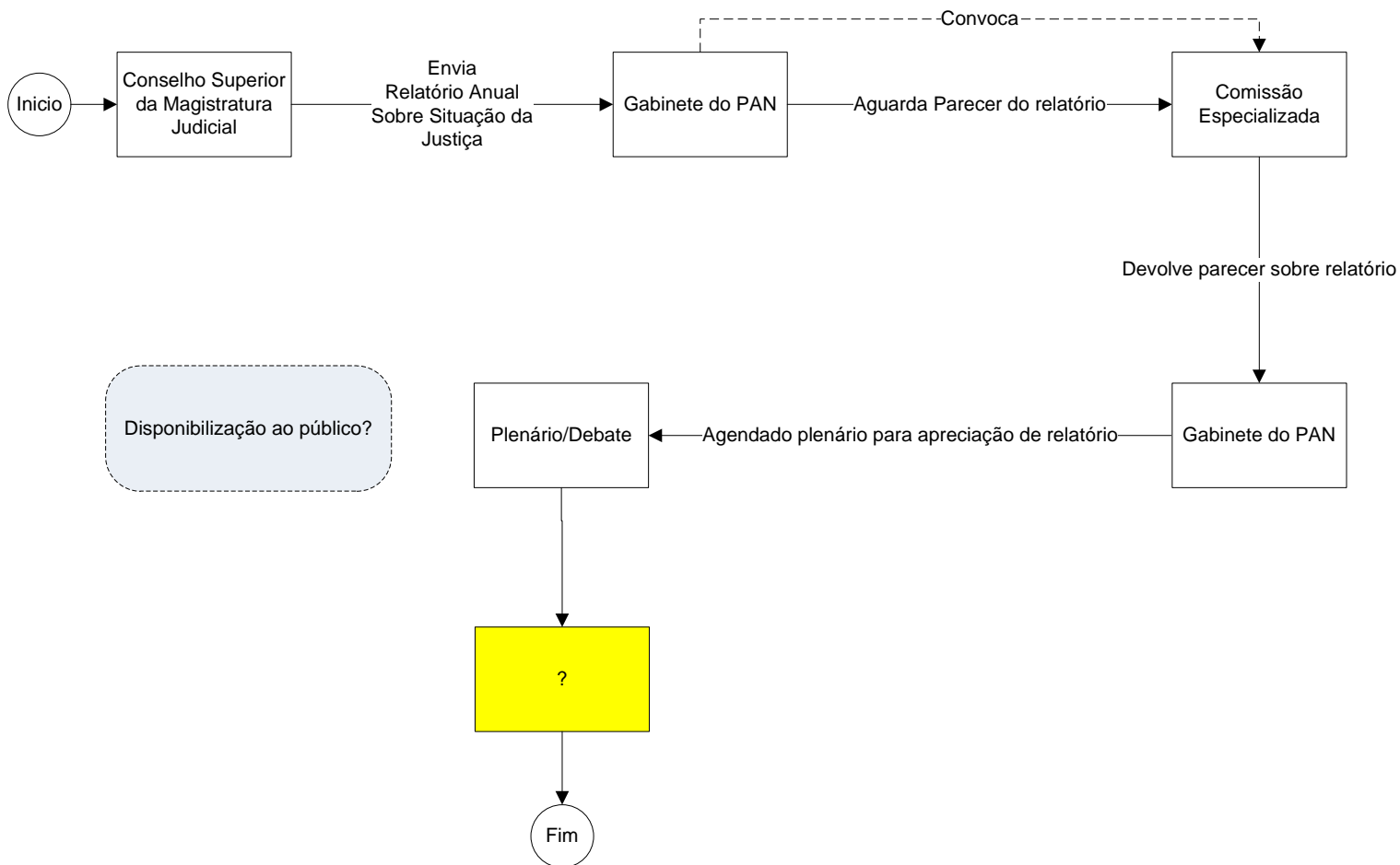
\* Documento para análise (Debate sobre situação da justiça)

\* Quem pode modificar?

\* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?

\* Conclusão do fluxo?

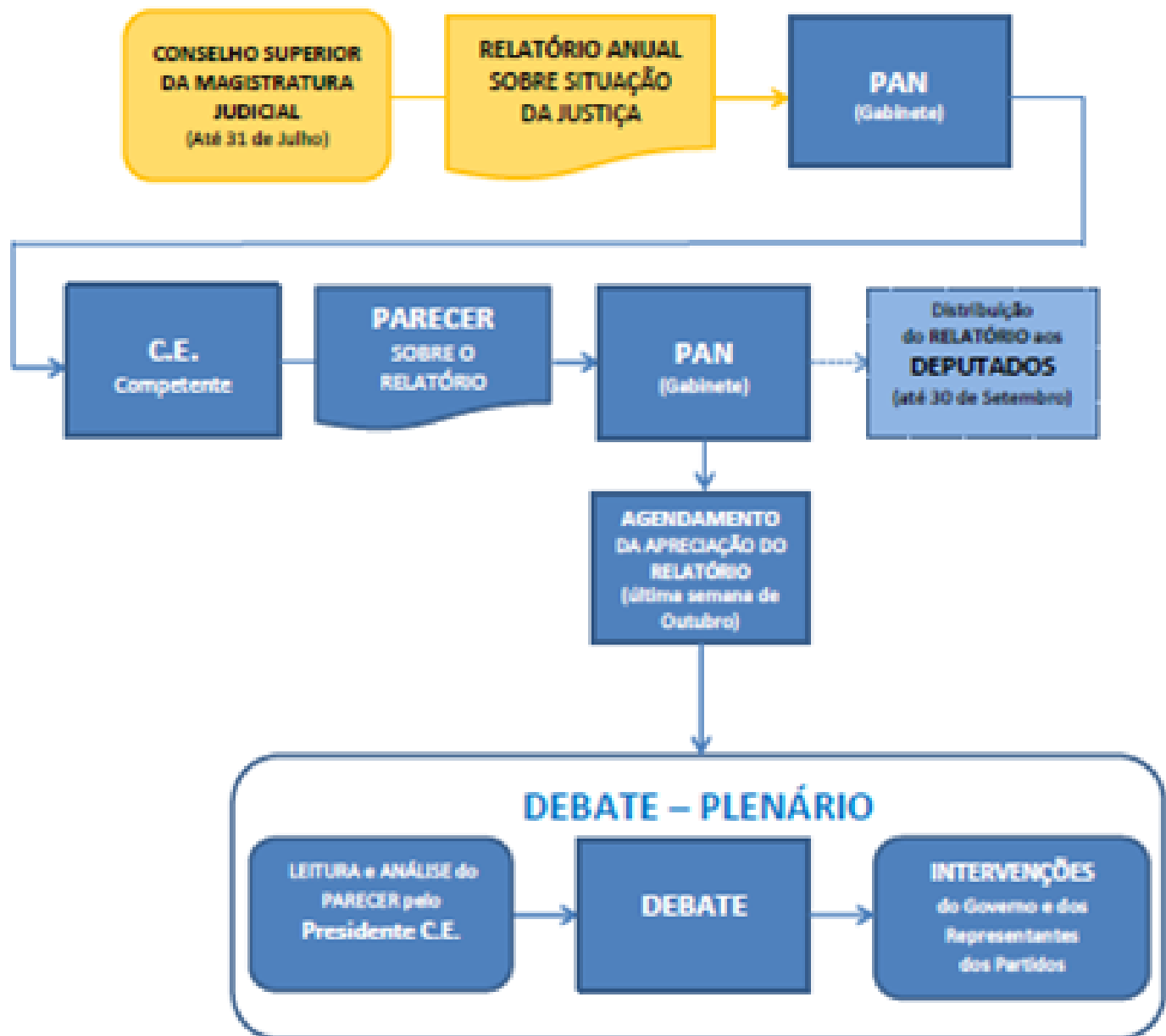
## Debate sobre a situação da Justiça





## II. PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA:

### 3. DEBATE SOBRE A SITUAÇÃO DA JUSTIÇA (*art.sº 235º - 238º do RAN*):



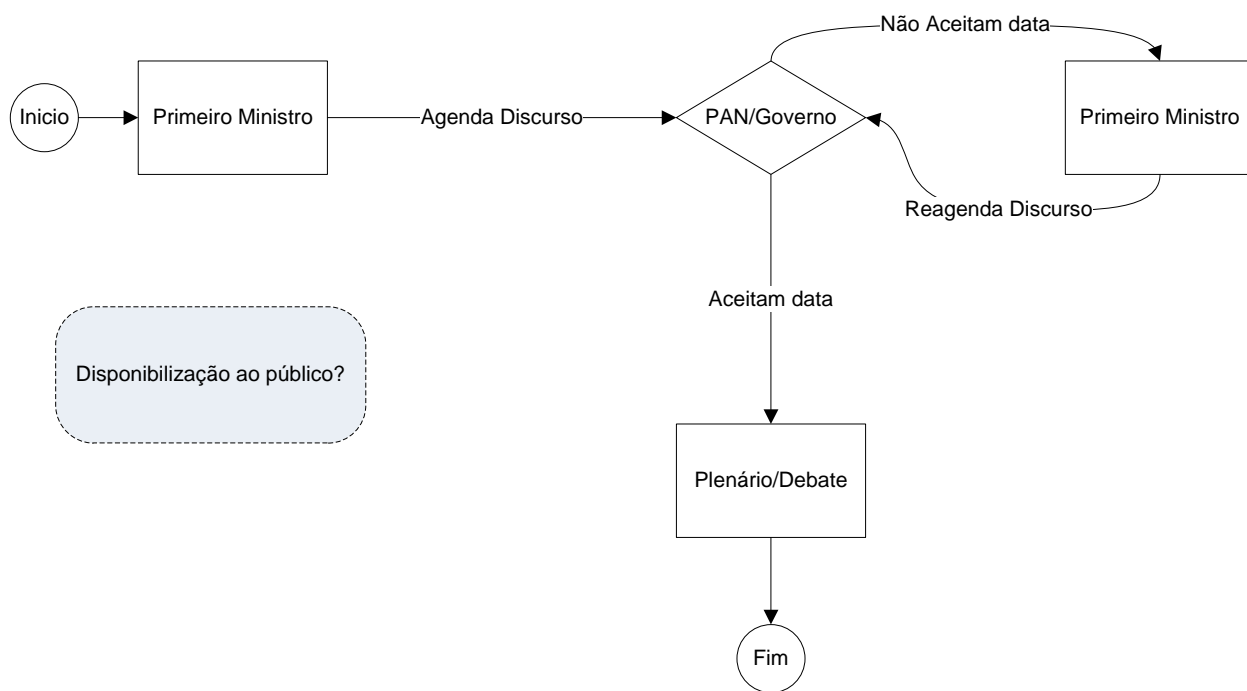
Obser: O parecer da C.E. deve ser circunstanciado sobre o teor do Relatório e incidir sobre os seus pontos mais importantes.

O debate não é precedido de período antes da Ordem do Dia, nem pode exceder uma Reunião Plenária. É efectuada nos termos fixados pela Conferência dos Representantes (*art.º 238º do RAN*). É encerrado com intervenção do Governo e dos representantes dos partidos com assento parlamentar.

Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (discurso do PM, Pedido de Agendamento)
- \* Quem pode modificar?
- \* Quem pode visualizar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Conclusão de fluxo

## Debate sobre o estado da Nação



## 2. DEBATE SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO (art.sº 232º - 234º do RAN):

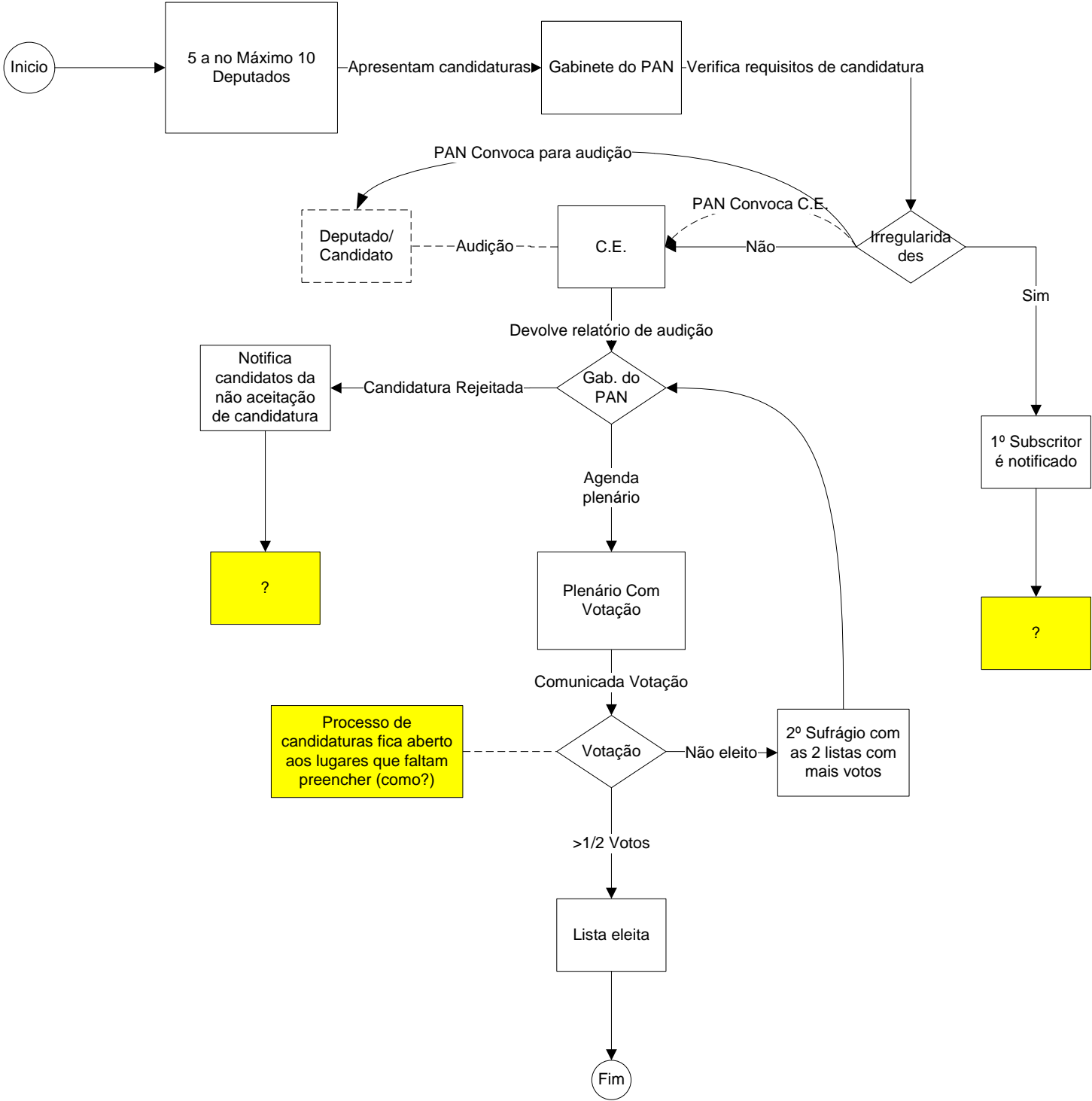


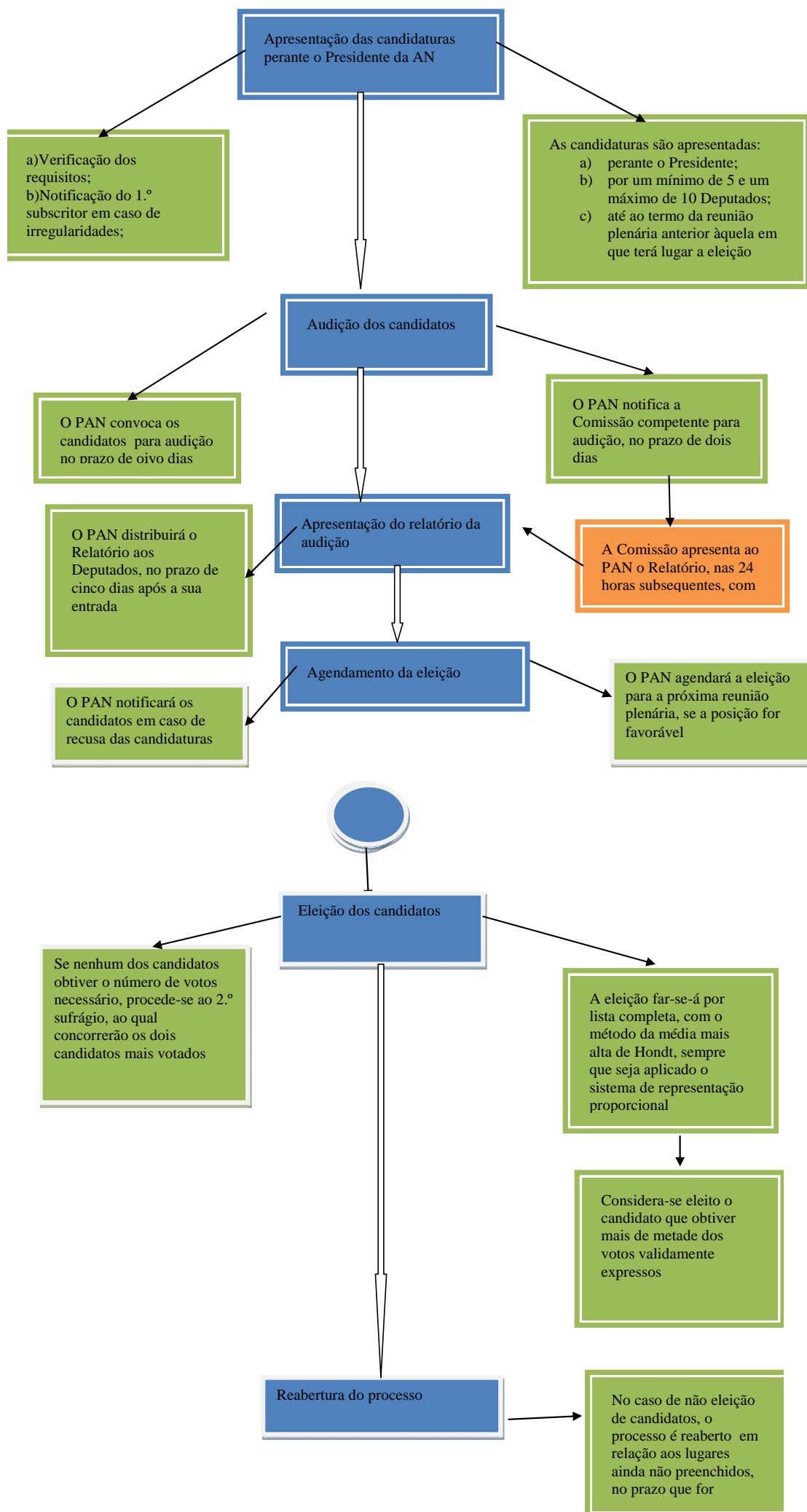
**Obser:** O discurso sobre o Estado da Nação deve ser agendado no final de cada sessão legislativa, para uma das últimas cinco Reuniões Plenárias (art.º 232º/233º do RAN). O debate sobre o Estado da Nação não é precedido de período antes da Ordem do Dia, nem pode exceder uma Reunião Plenária. É efectuado nos termos fixados pela Conferência dos Representantes.

- Informação necessária?
- \* Título
  - \* Resumo
  - \* Documento para análise (disposições gerais, auditações de deputados)
  - \* Quem pode modificar?
  - \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
  - \* Resultado da votação
  - \* É esperado o número máximo de deputados subscritores ou aos 5 o plenário já é agendado?
  - \* Processo fica aberto como?

Disponibilização ao público?

# Designação de titulares de cargos exteriores Disposições Gerais



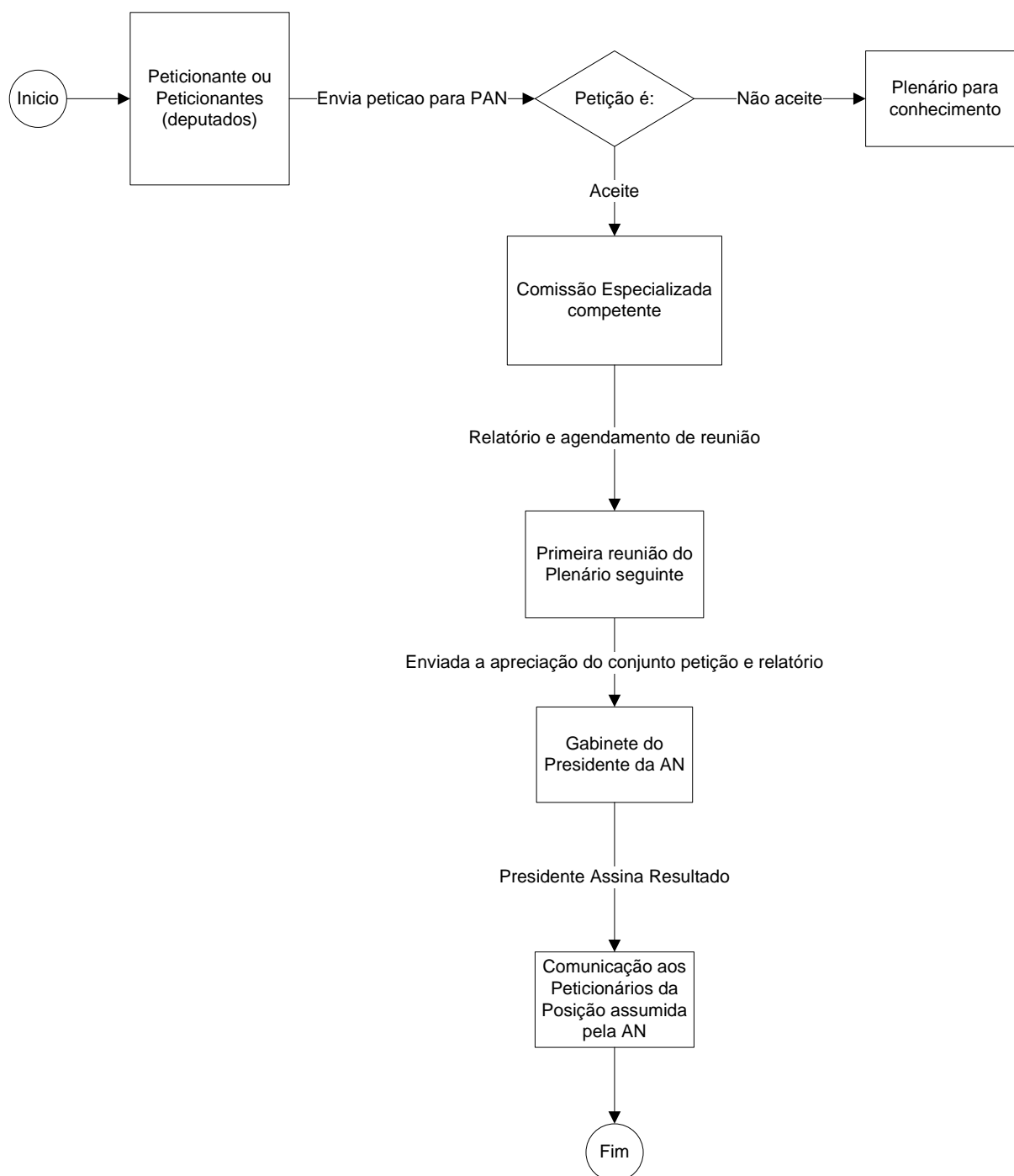


## Informação necessária?

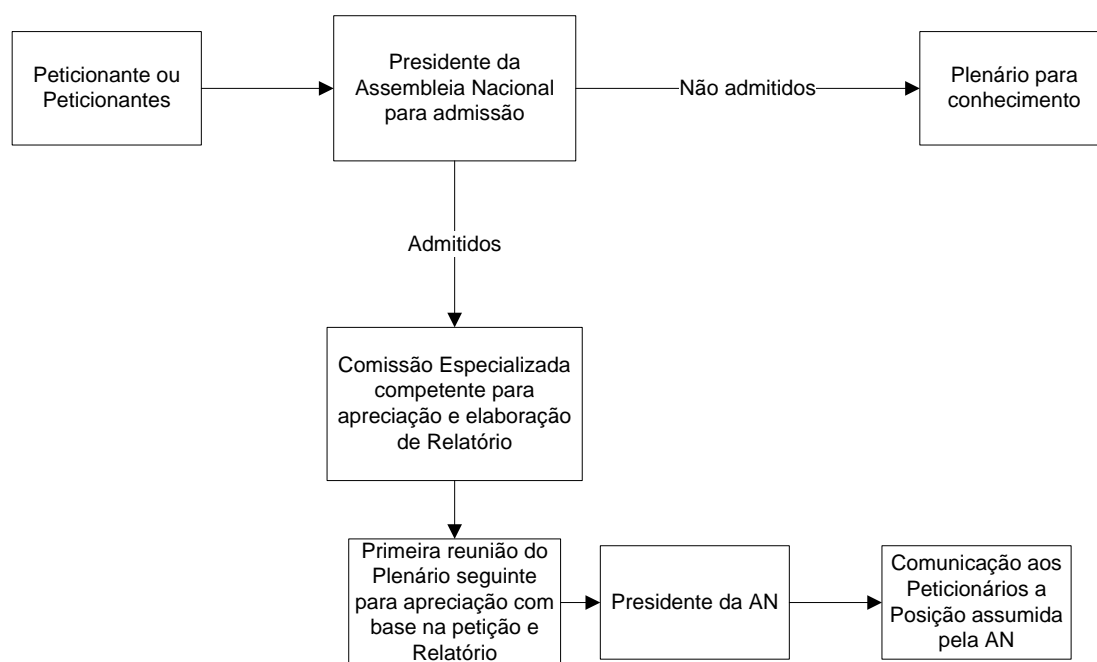
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documentos para análise (petição à NA, Relatório - CE)
  - \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* A comissão especializada poderá corrigir erros e comunicar aos peticionantes ou mesmo cancelar a mesma?

Disponibilização ao público?

## Fluxograma sobre o Processo de Petições



## Fluxograma sobre o Processo de Petições

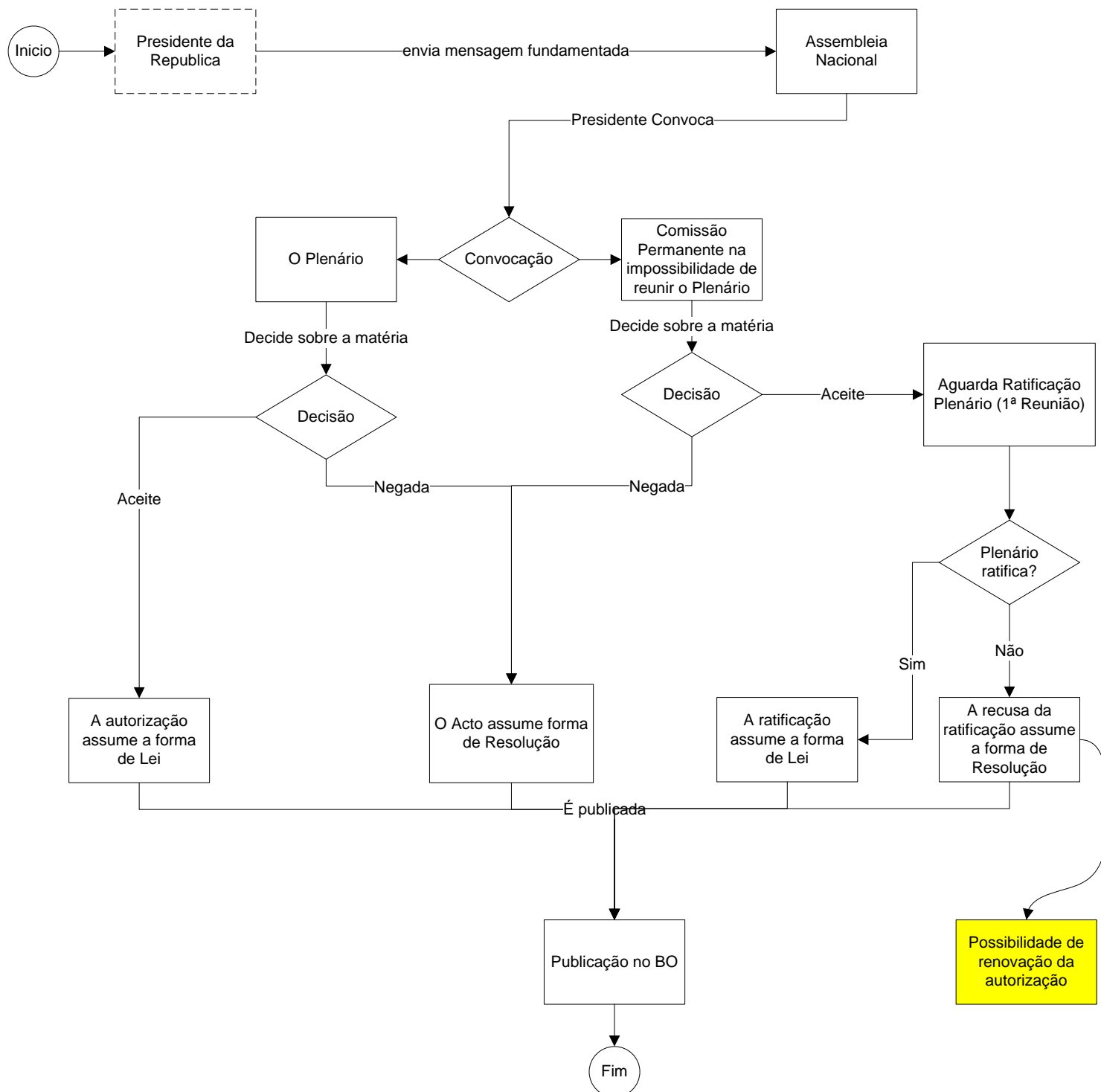


Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (ratificação de estado de sítio ou de emergência)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação?
- \* Quem recebe a mensagem do Pres. Da República? O Gab do PAN?

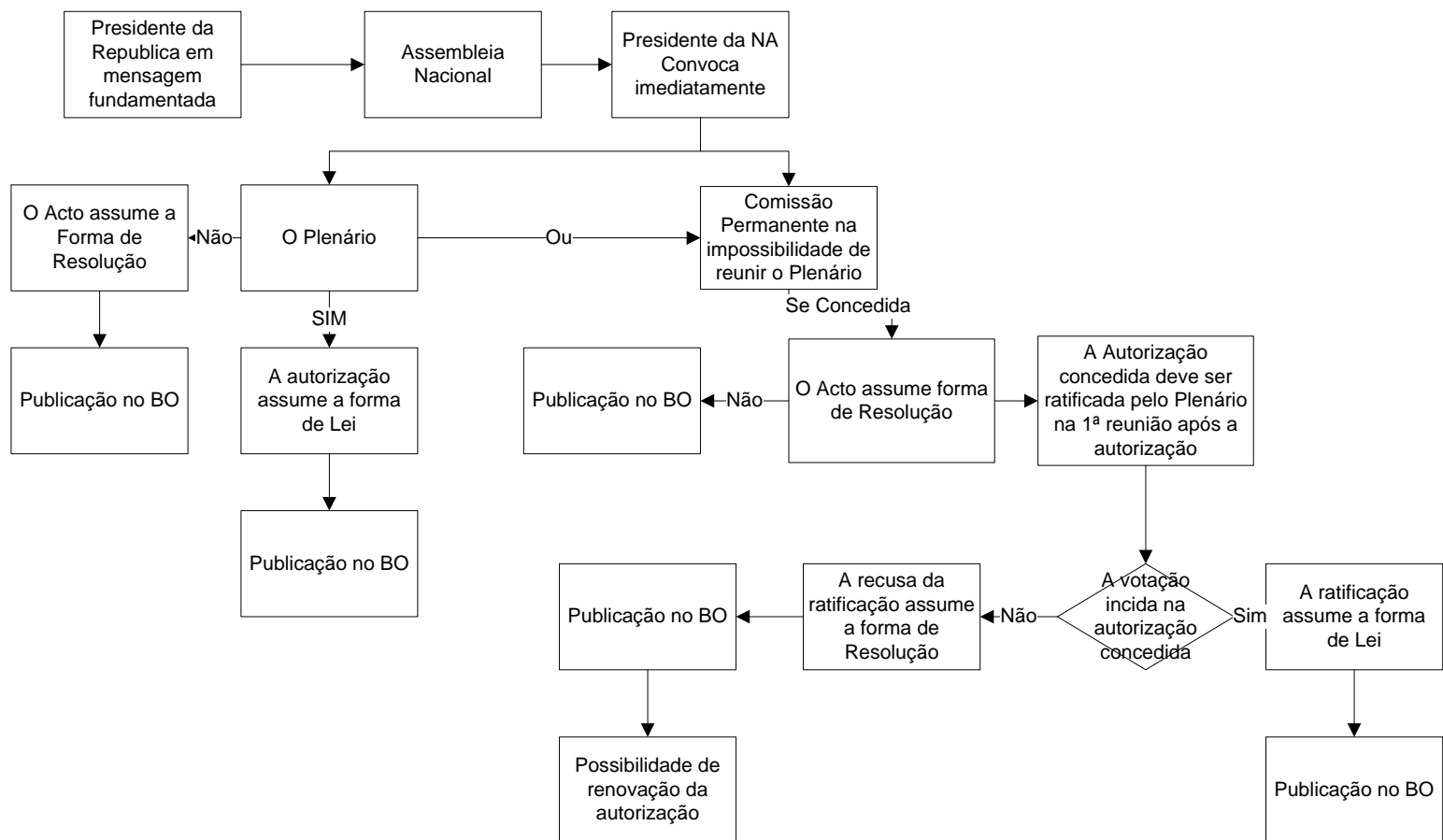
Disponibilização ao público?

## Fluxograma sobre o Processo de Autorização e Ratificação da Declaração do Estado de Sítio ou de Emergência





## Fluxograma sobre o Processo de Autorização e Ratificação da Declaração do Estado de Sítio ou de Emergência

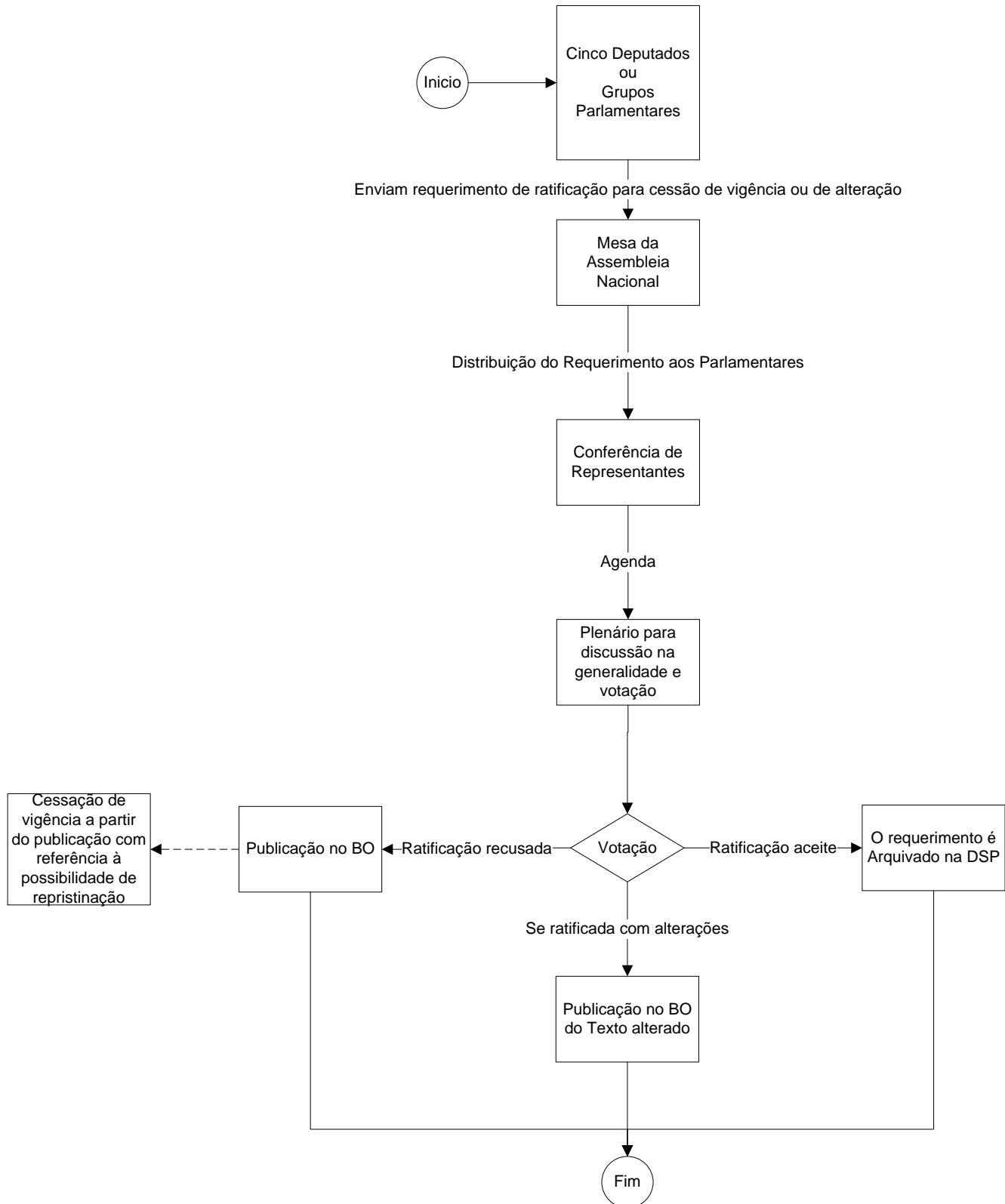


Informação necessária?

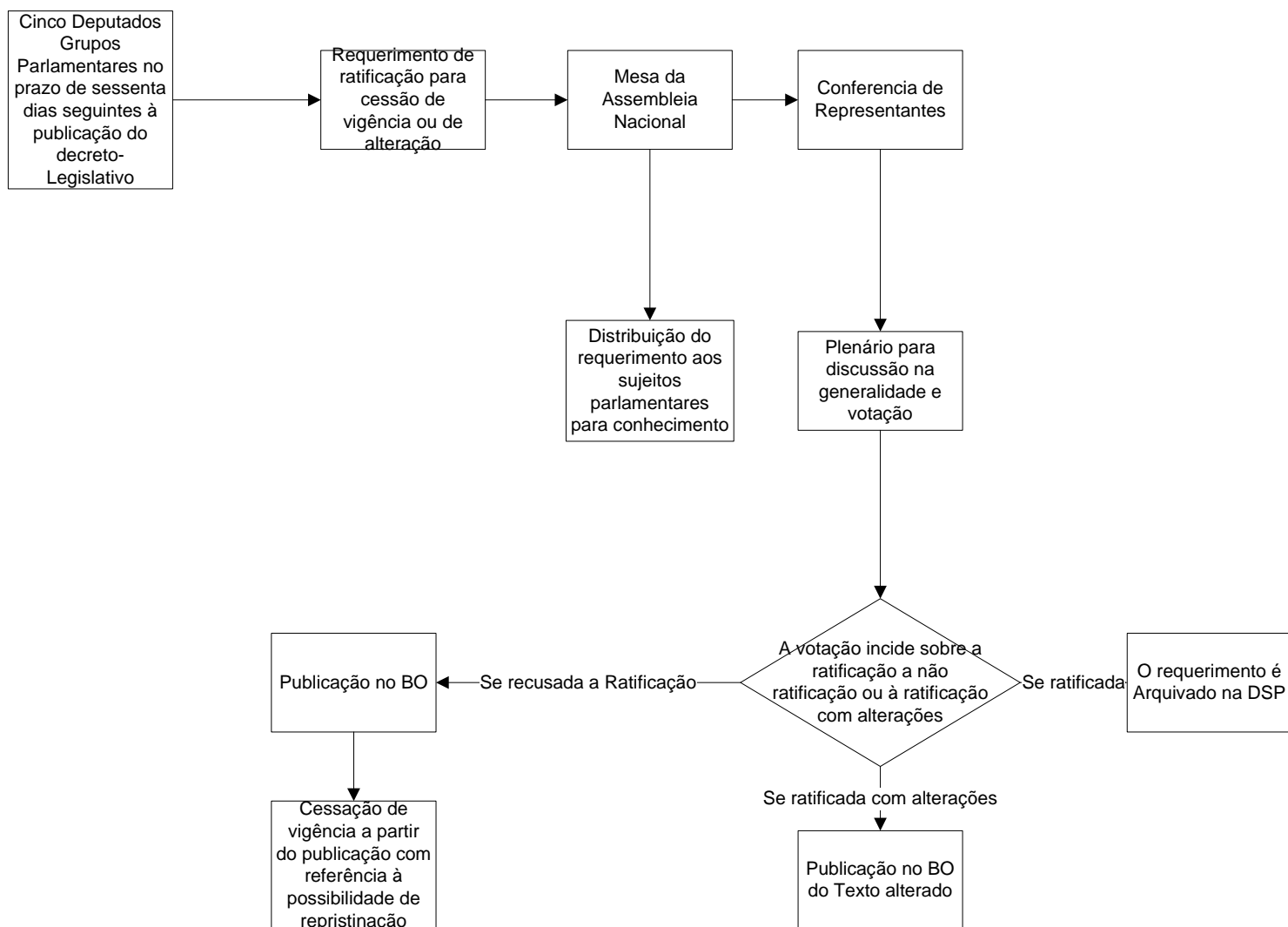
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (requerimento de ratificação)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* Mesa da Assembleia, pertence ao gabinete do PAN?

Disponibilização ao público?

## Fluxograma do Processo de Ratificação dos Decretos Legislativos



## Fluxograma do Processo de Ratificação do Decretos Legislativos

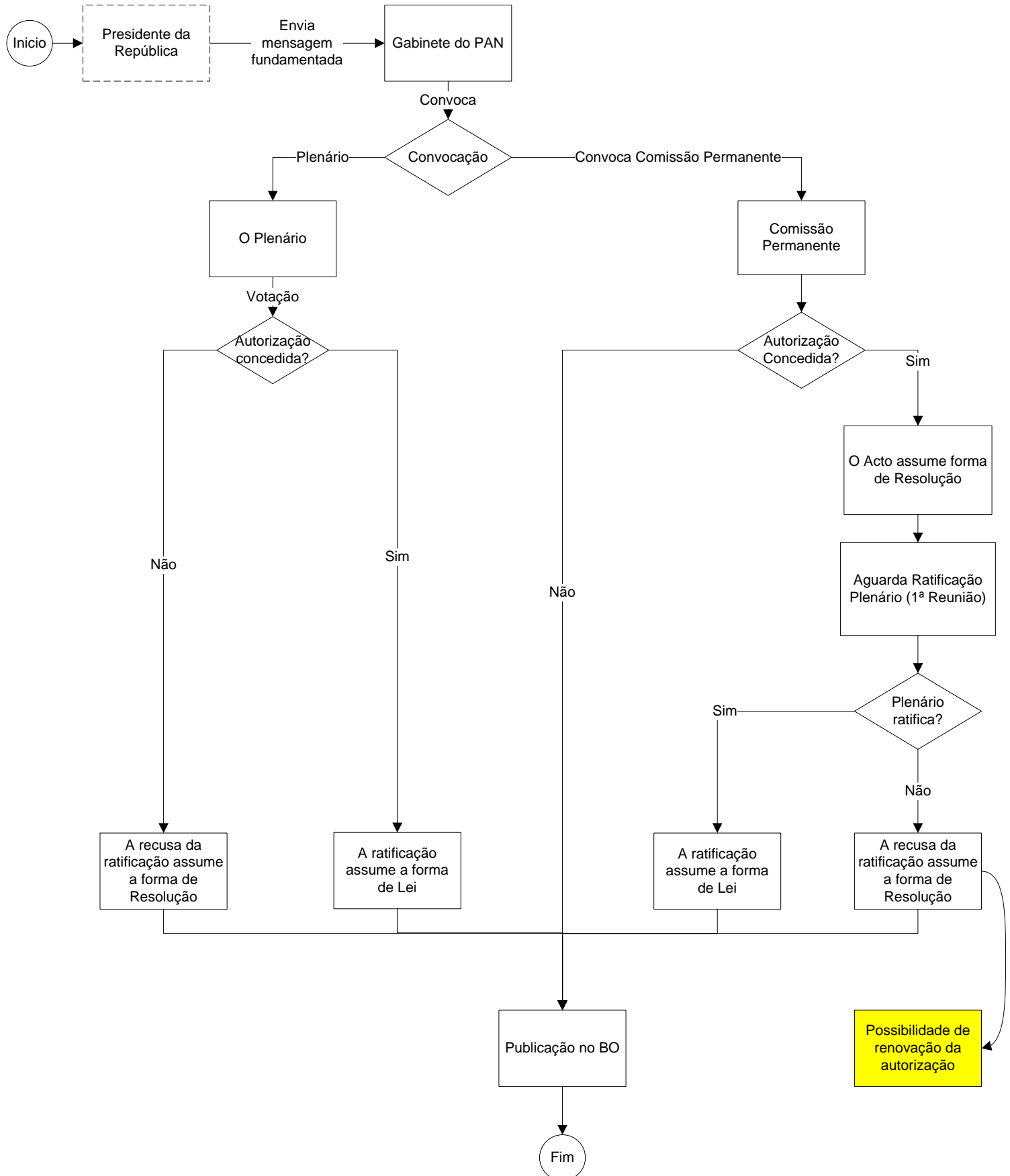


Informação necessária?

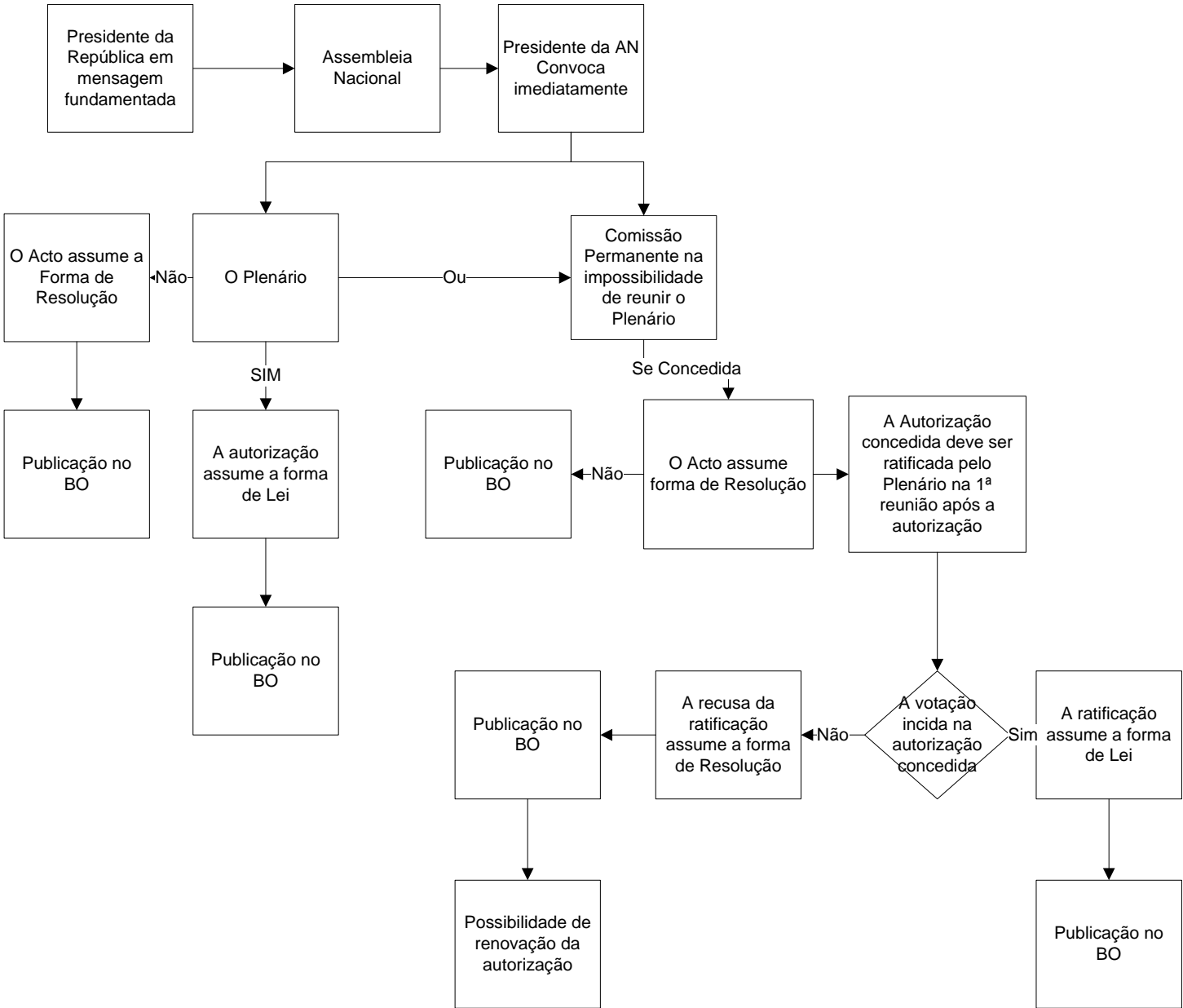
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (Mensagem para declarar guerra ou paz)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* Comissão eleita passa a representar o plenário?

Disponibilização ao público?

## Fluxograma sobre o Processo de Autorização Declarar a Guerra ou fazer a Paz



# Fluxograma sobre o Processo de Autorização Declarar a Guerra ou fazer a Paz

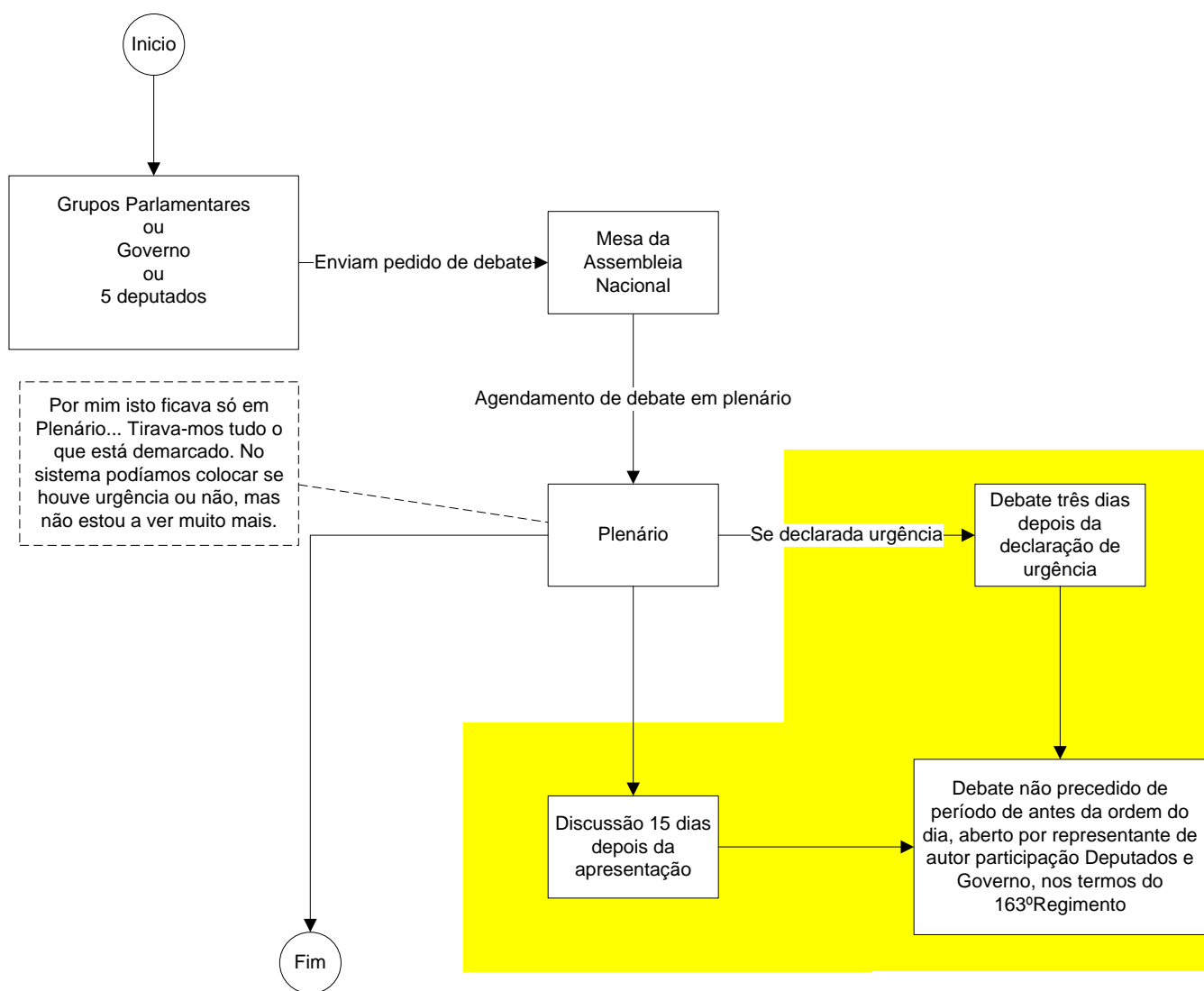


Informação necessária?

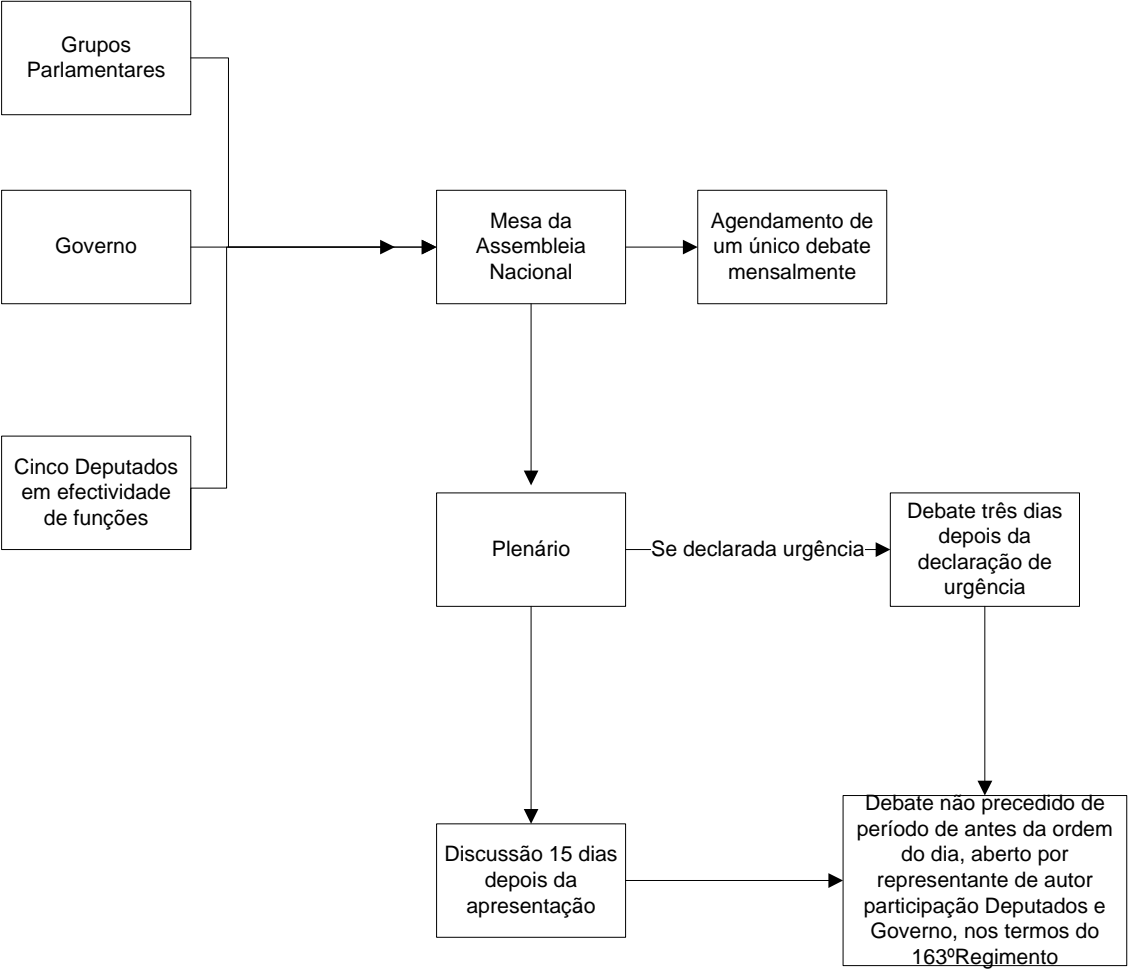
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (Pedido de debate)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Conclusão do fluxo, fica em plenário?
- \* Que grupos parlamentares podem iniciar o fluxo?
- \* Só depois de 5 deputados subscreverem é que o fluxo envia o pedido de debate?

Disponibilização ao público?

## Fluxograma do Processo de debate das questões de política interna e externa



Fluxograma do Processo de debate das questões de política interna e externa

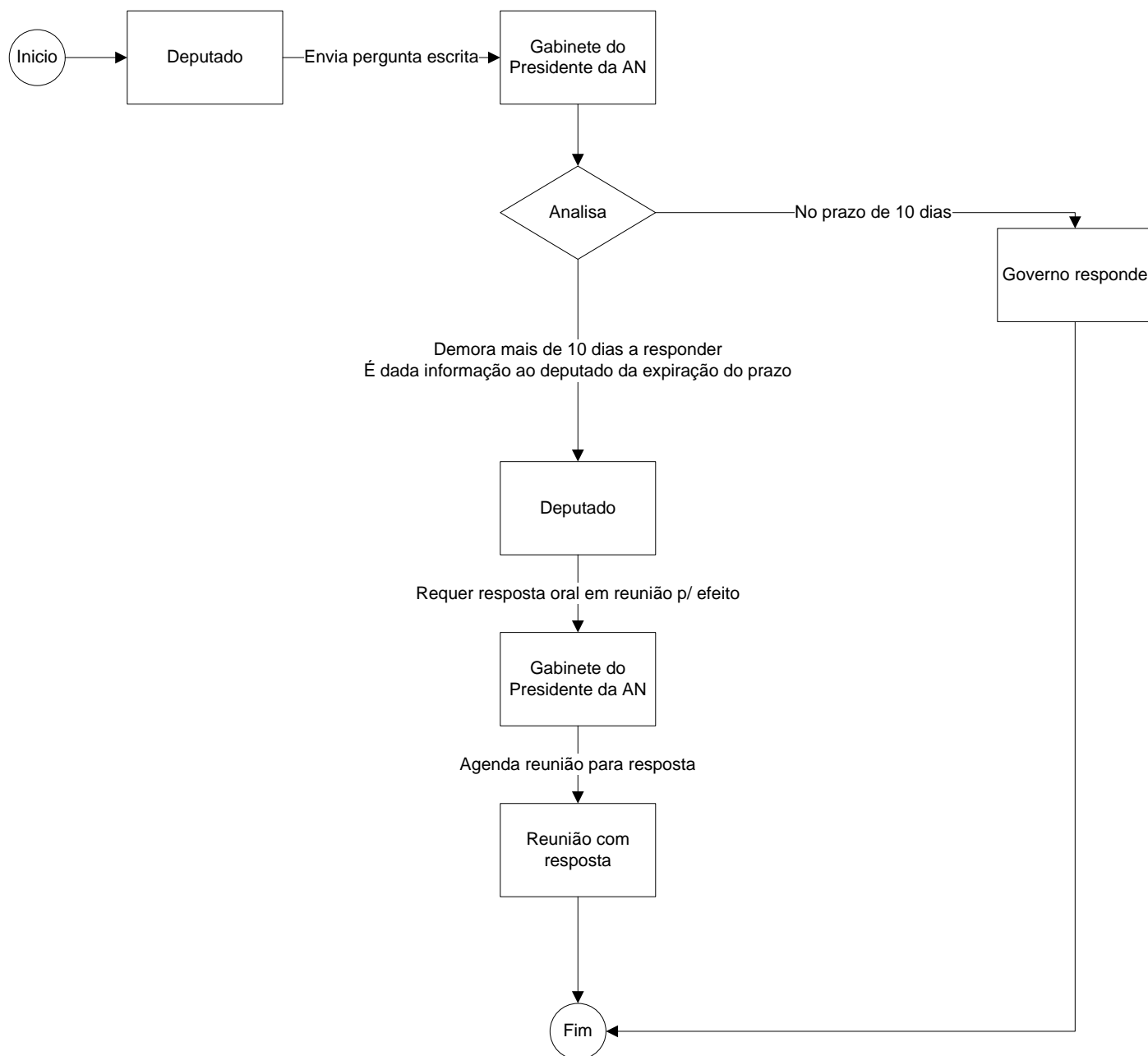


Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (pergunta ao Governo)
  - \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Deputado pode desistir da pergunta depois do prazo expirar?
- \* O governo responde como? BO? Em plenário? Só ao deputado?
- \* A reunião é com Governo? Plenário?

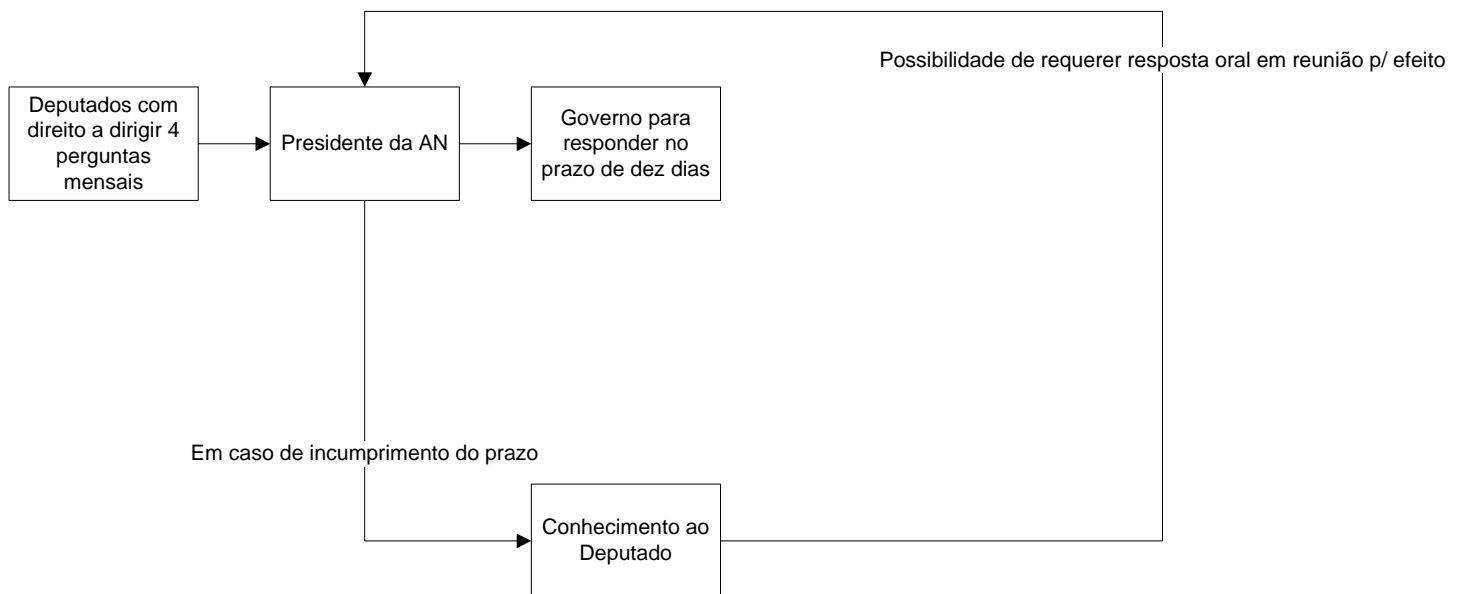
Disponibilização ao público?

## Fluxograma do Processo de perguntas escritas ao Governo





## Fluxograma do Processo de perguntas escritas ao Governo

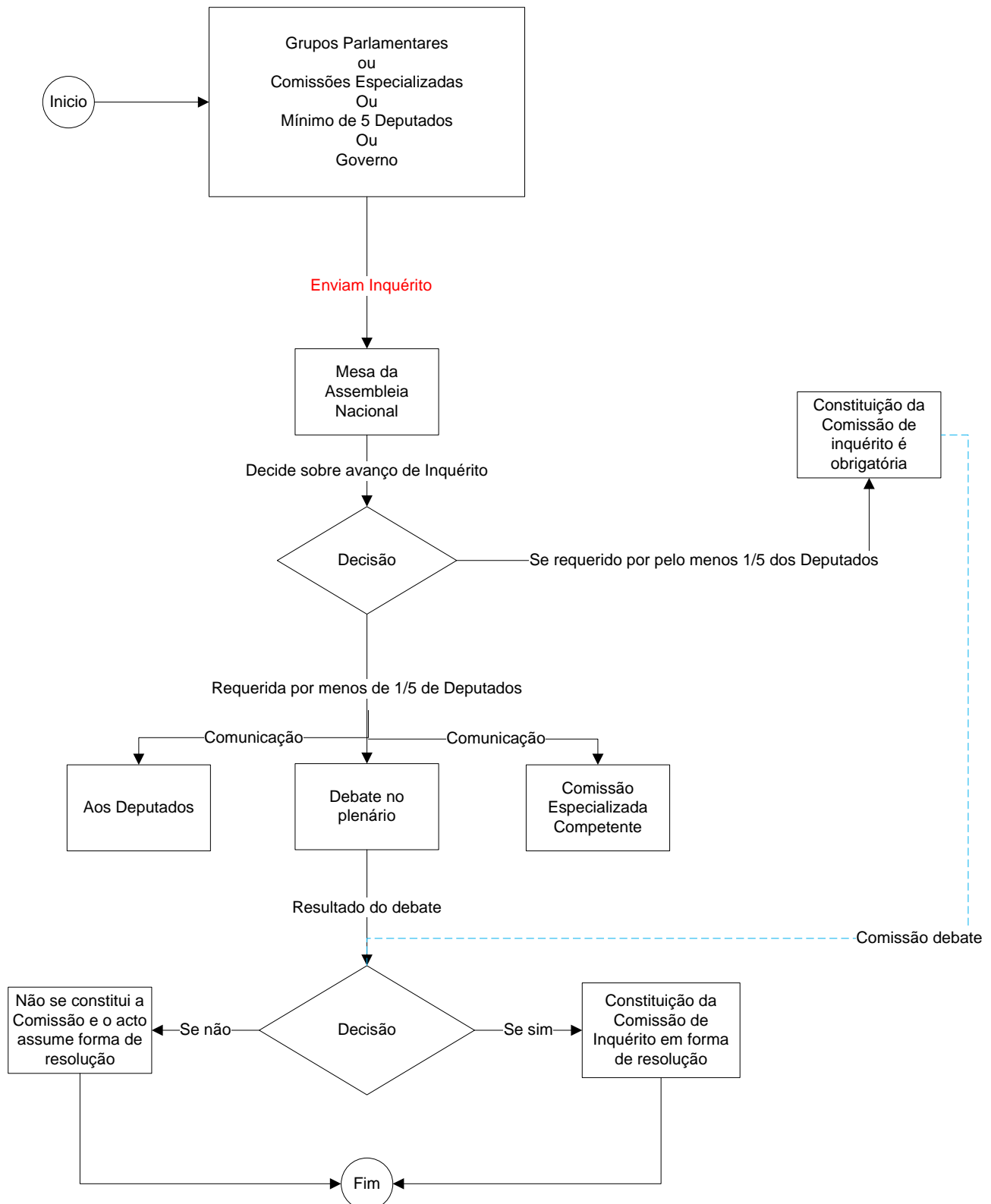


Informação necessária?

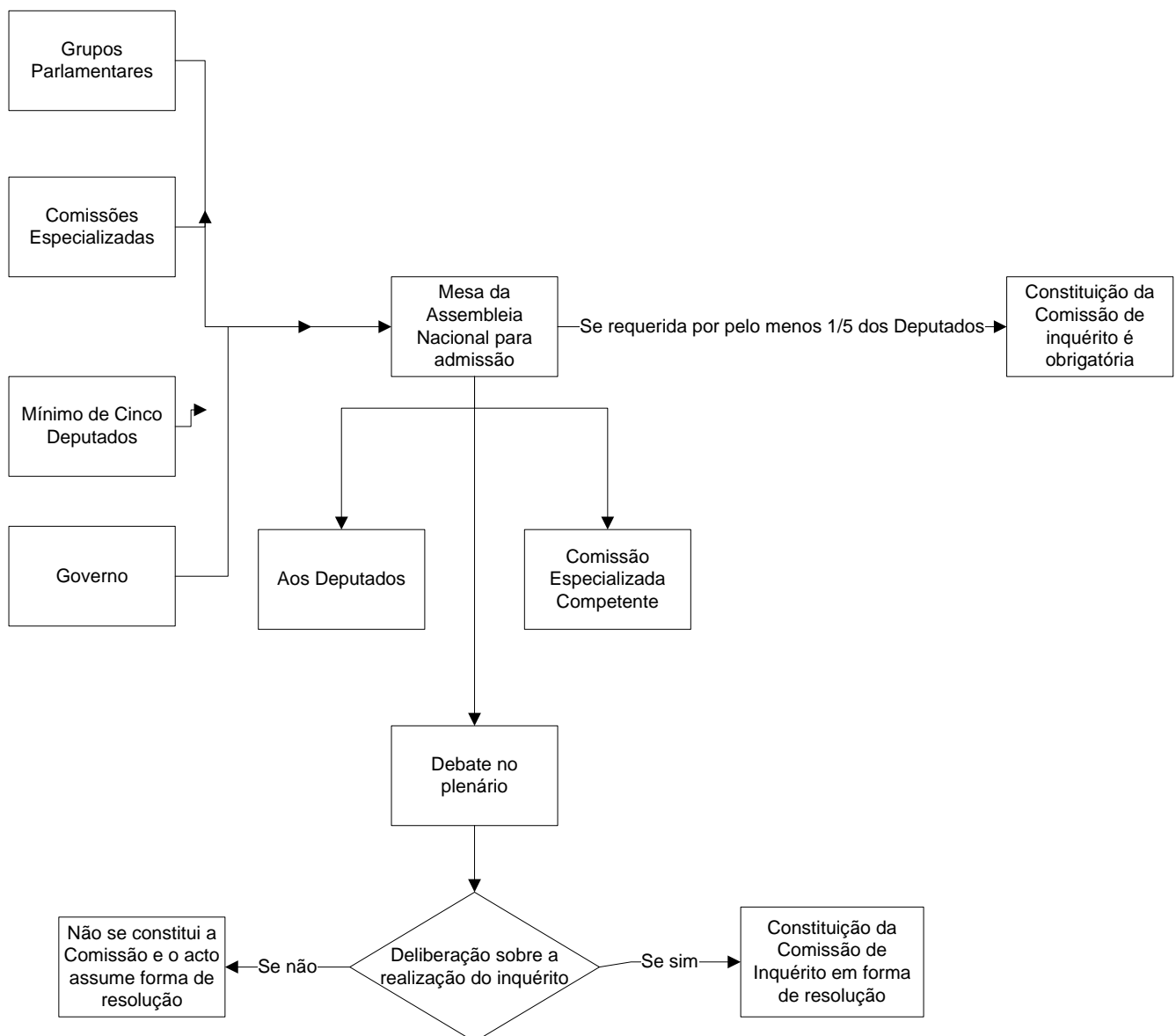
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (inquérito parlamentar)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* Comissão de inquérito é formada e não faz nada?
- \* Ao 5o deputado o fluxo segue?

Disponibilização ao público?

## Fluxograma do processo dos Inquéritos Parlamentares



## Fluxograma do processo dos Inquéritos Parlamentares

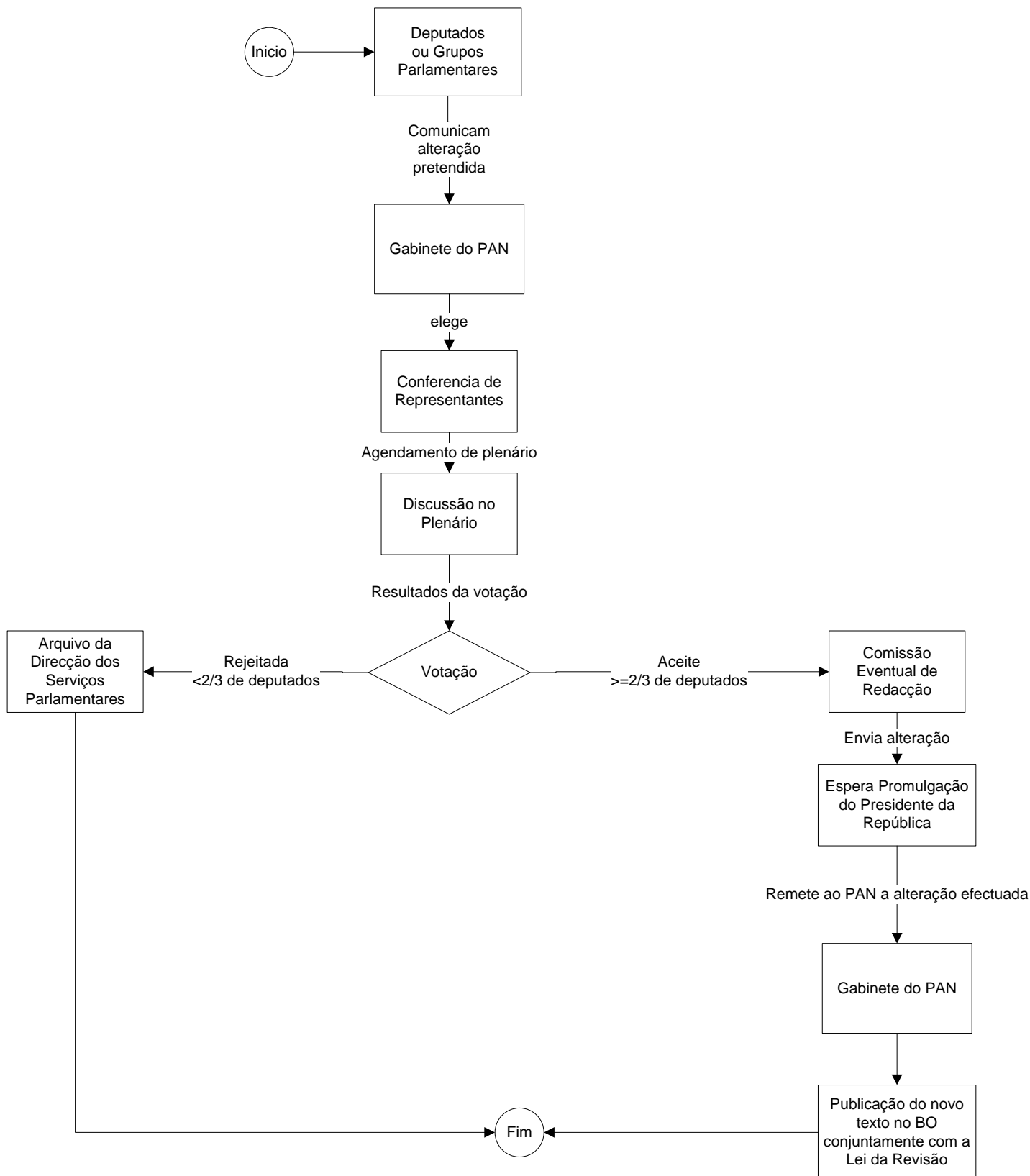


Informação necessária?

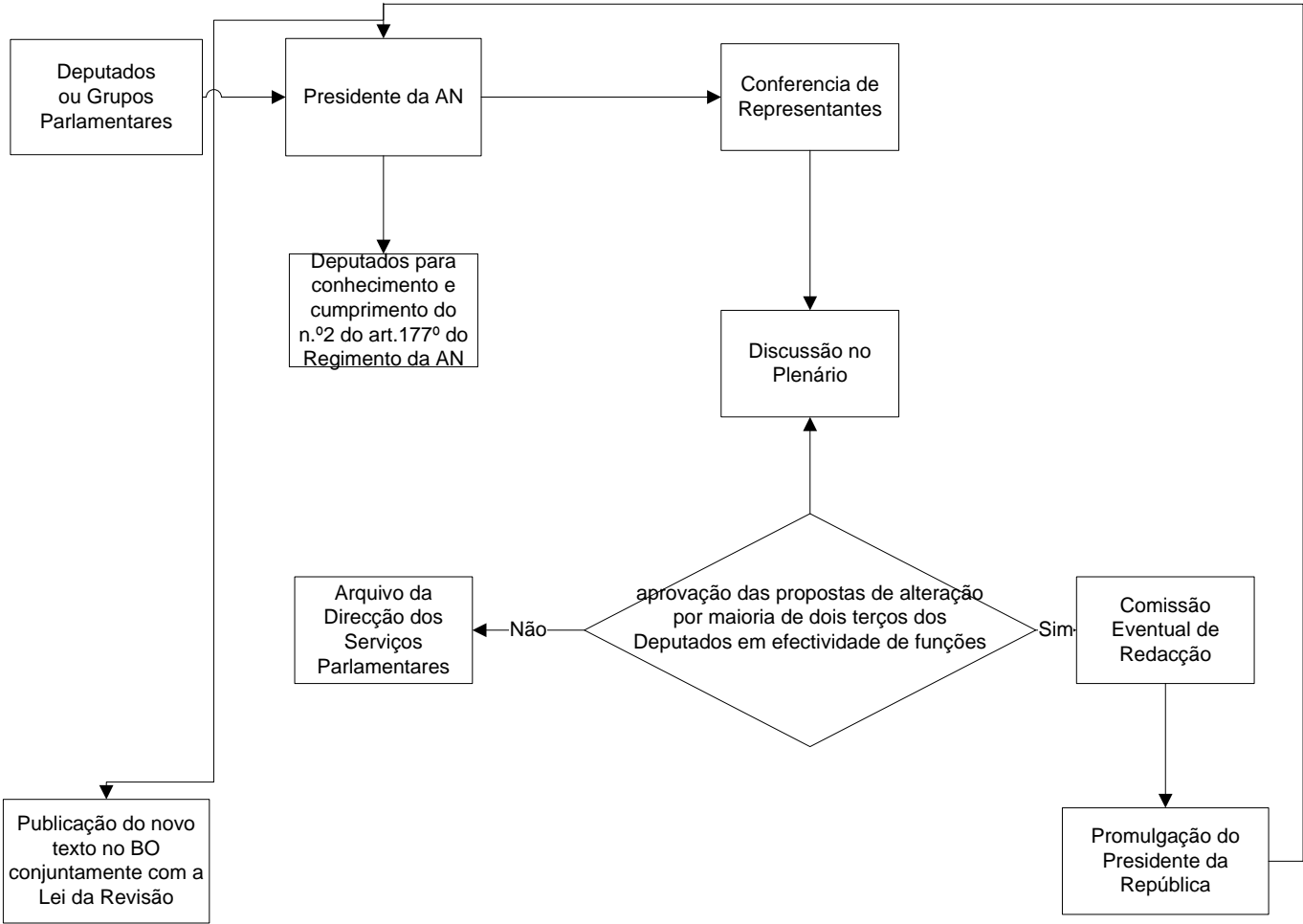
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (Revisão Pretendida)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* Quantos deputados podem iniciar o fluxo?
- \* Quantos elementos tem a Conferencia de Representantes?
- \* Comissão Eventual de redacção já é do sistema?

Disponibilização ao público?

## Fluxograma do Processo de Revisão da Constituição da República



Fluxograma do Processo de Revisão da Constituição da República

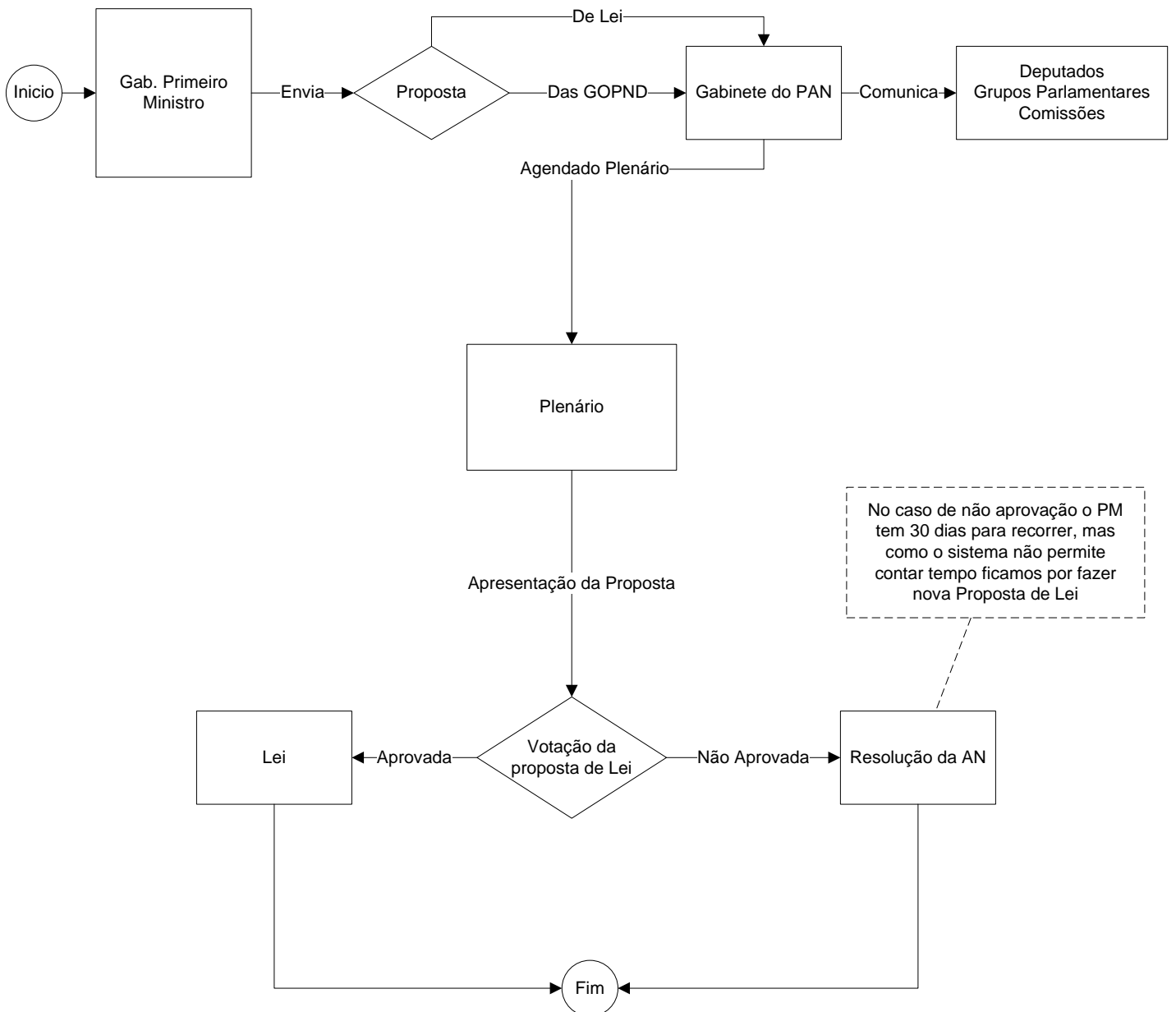


Informação necessária?

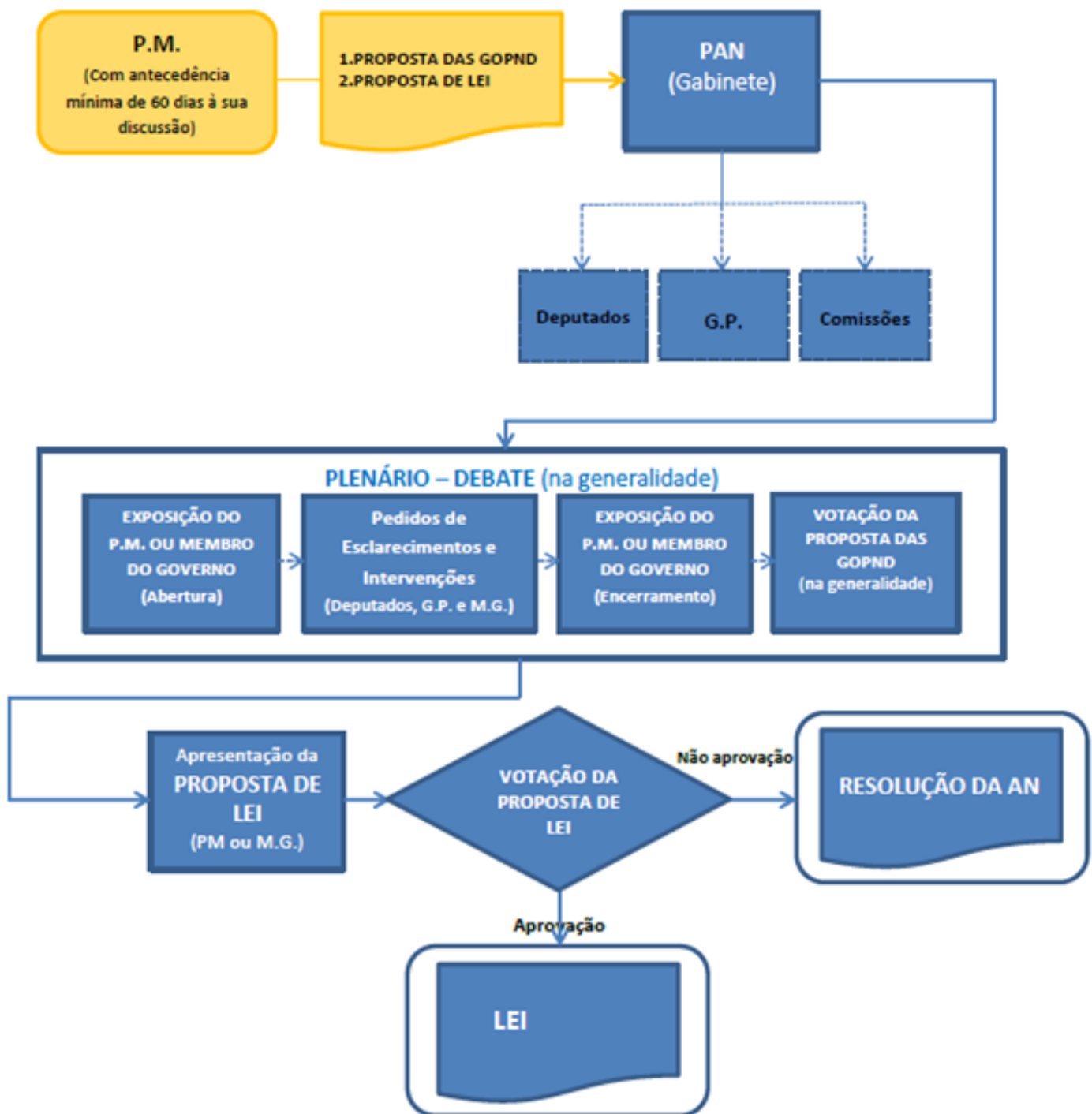
- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (proposta de lei ou das grandes opções do plano)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* Comunicação é feita a todos os Deputados, GP e Comissões?

Disponibilização ao público?

## Grandes Opções do Plano



## 1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (art.sº 216º - 222º do RAN):



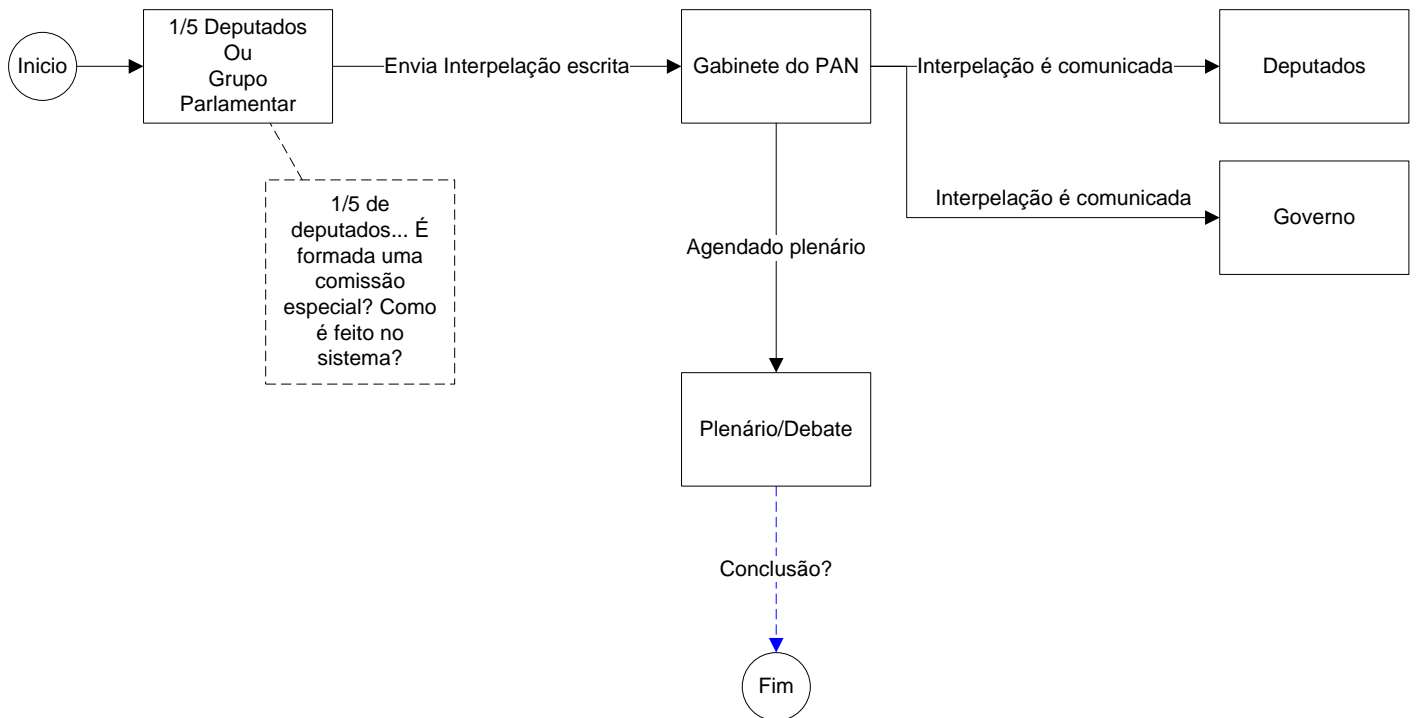
Obser: (Art.º 221º do RAN): "Em caso de recusa das Grandes Opções do Plano, o Primeiro-Ministro poderá, dentro do prazo de trinta dias, apresentar nova proposta. Recebida a nova proposta, o Presidente da Assembleia Nacional agendará a sua discussão para dentro do prazo de trinta dias."

Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (interpelação escrita)
  - \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* Conclusão é o debate em plenário? Não há resultado?
- \* Qualquer grupo parlamentar pode iniciar o fluxo?

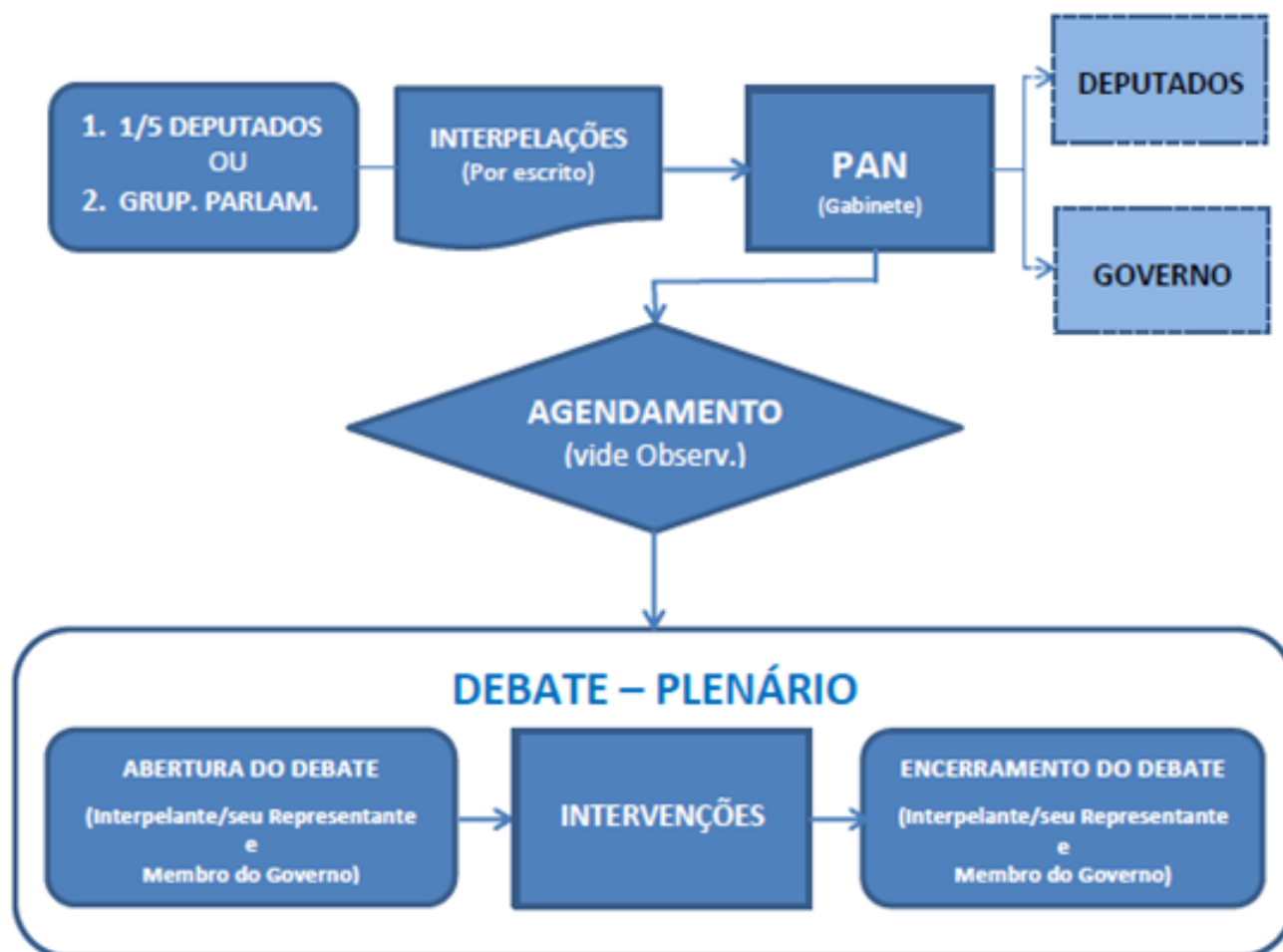
Disponibilização ao público?

## Interpelações





## 6. INTERPELAÇÕES (art.sº 249º - 251º do RAN):



### Obser:

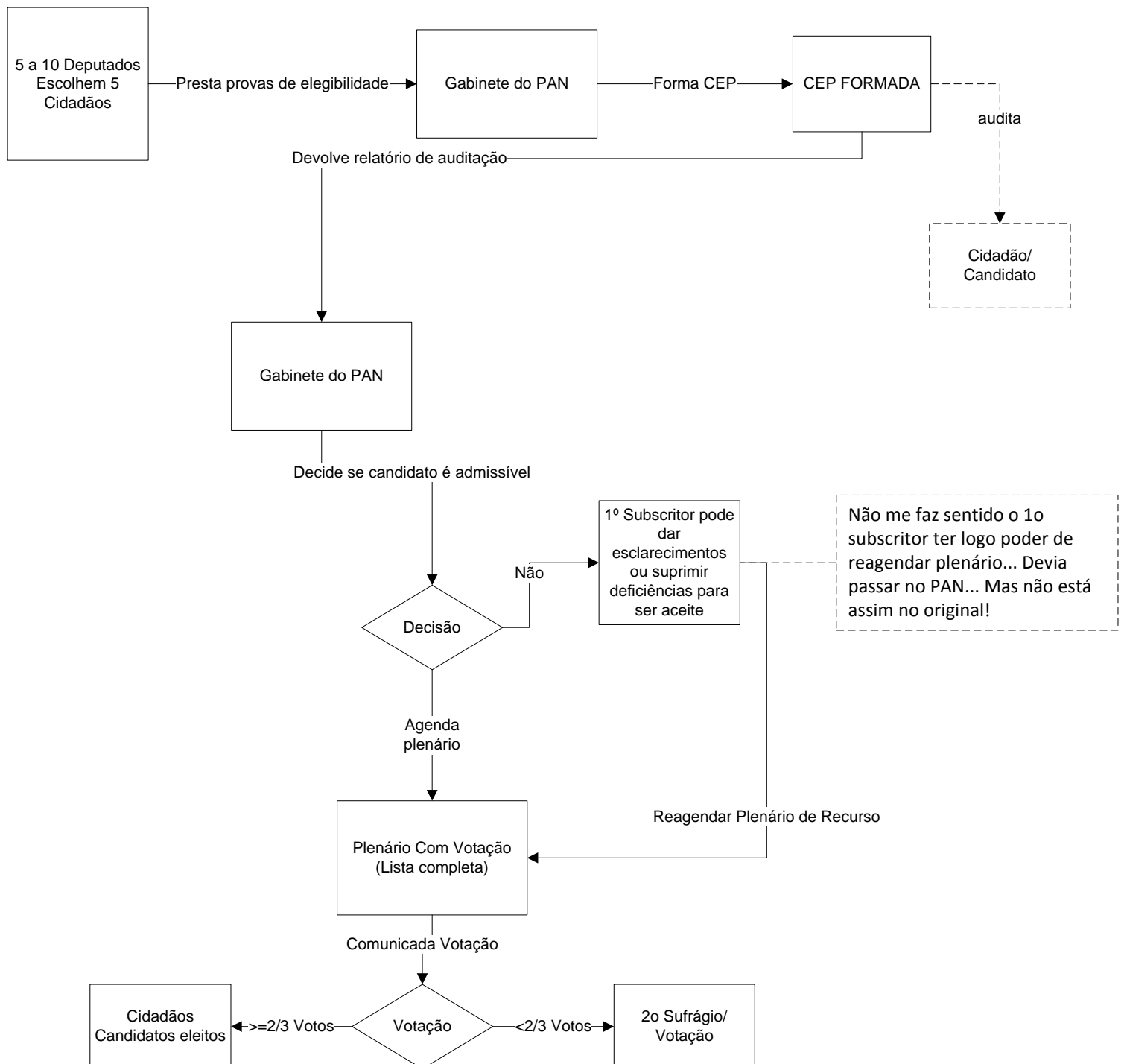
1. O debate não poderá ter lugar antes de quinze dias da data da apresentação da interpeção, nem deve exceder duas reuniões plenárias. É aberto e encerrado com as intervenções do interpelante, ou seu representante, e do Governo (art.º 251º do RAN).

#### Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (eleição dos membros da comissão nacional de eleições, provas de elegibilidade, auditoria)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* As provas de cada cidadão só começam a ser realizadas quando se entra no intervalo de número de deputados? São efectuadas em simultâneo?
- \* 1º Subscritor pode reagendar logo plenário?
- \* O que é um cidadão no sistema?

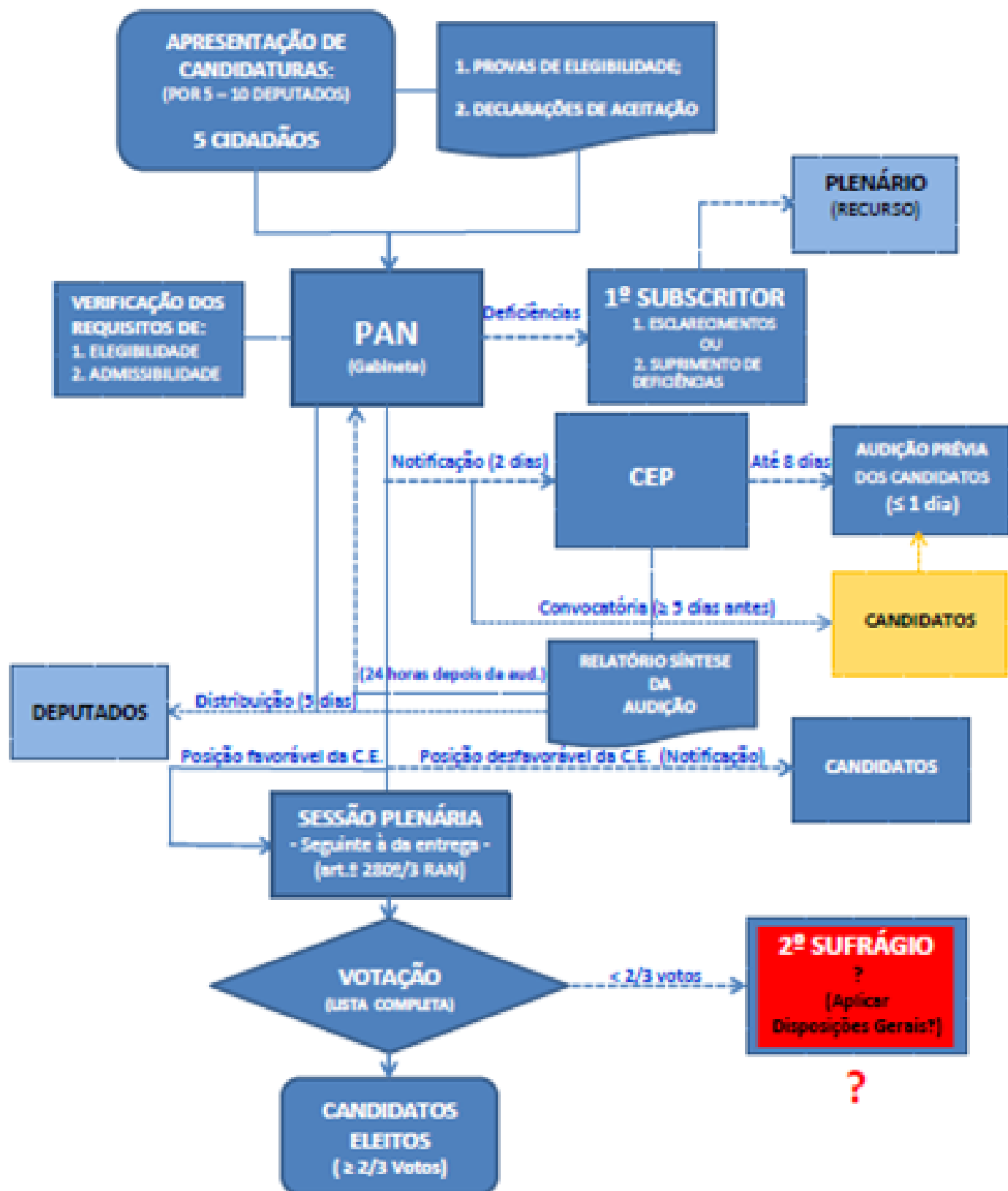
Disponibilização ao público?

## Membros da Comissão Nacional de Eleições



## 05. MEMBROS DA COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES:

(art.ºs 277º - 283º e 288º do RAN e art.º 12º da Lei n.º 92/V/99)



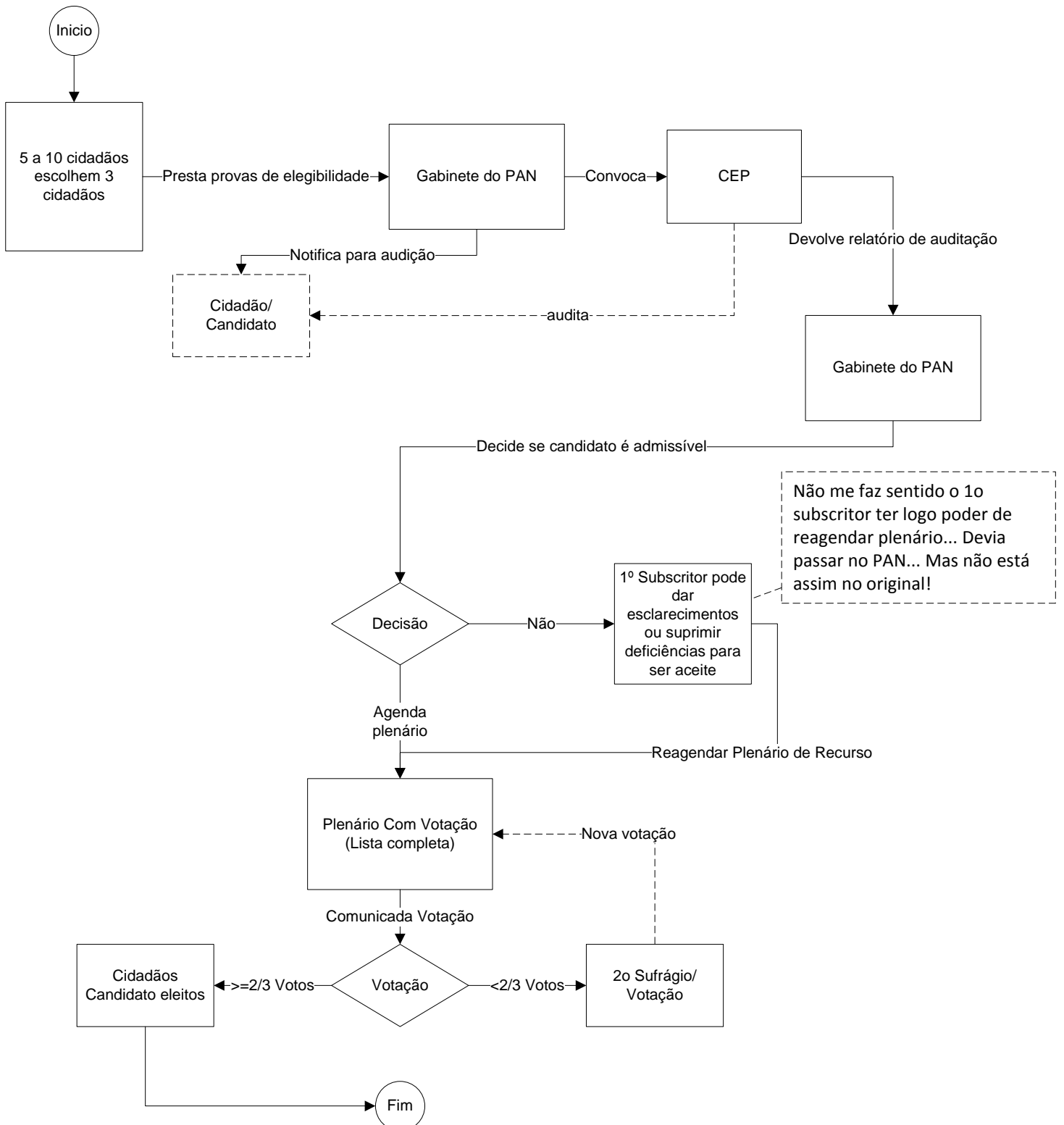
Obser: (Art.º 12º/1 da Lei n.º 92/V/99): "A Comissão Nacional de Eleições é composta por cinco cidadãos de reconhecida idoneidade, eleitos pela Assembleia Nacional, por maioria de dois terços dos Deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções."

#### Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (eleição dos membros do conselho de comunicação social, provas de elegibilidade, auditoria)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* As provas de cada cidadão só começam a ser realizadas quando se entra no intervalo de número de deputados? São efectuadas em simultâneo?
- \* 1º Subscritor pode reagendar logo plenário?
- \* O que é um cidadão no sistema?

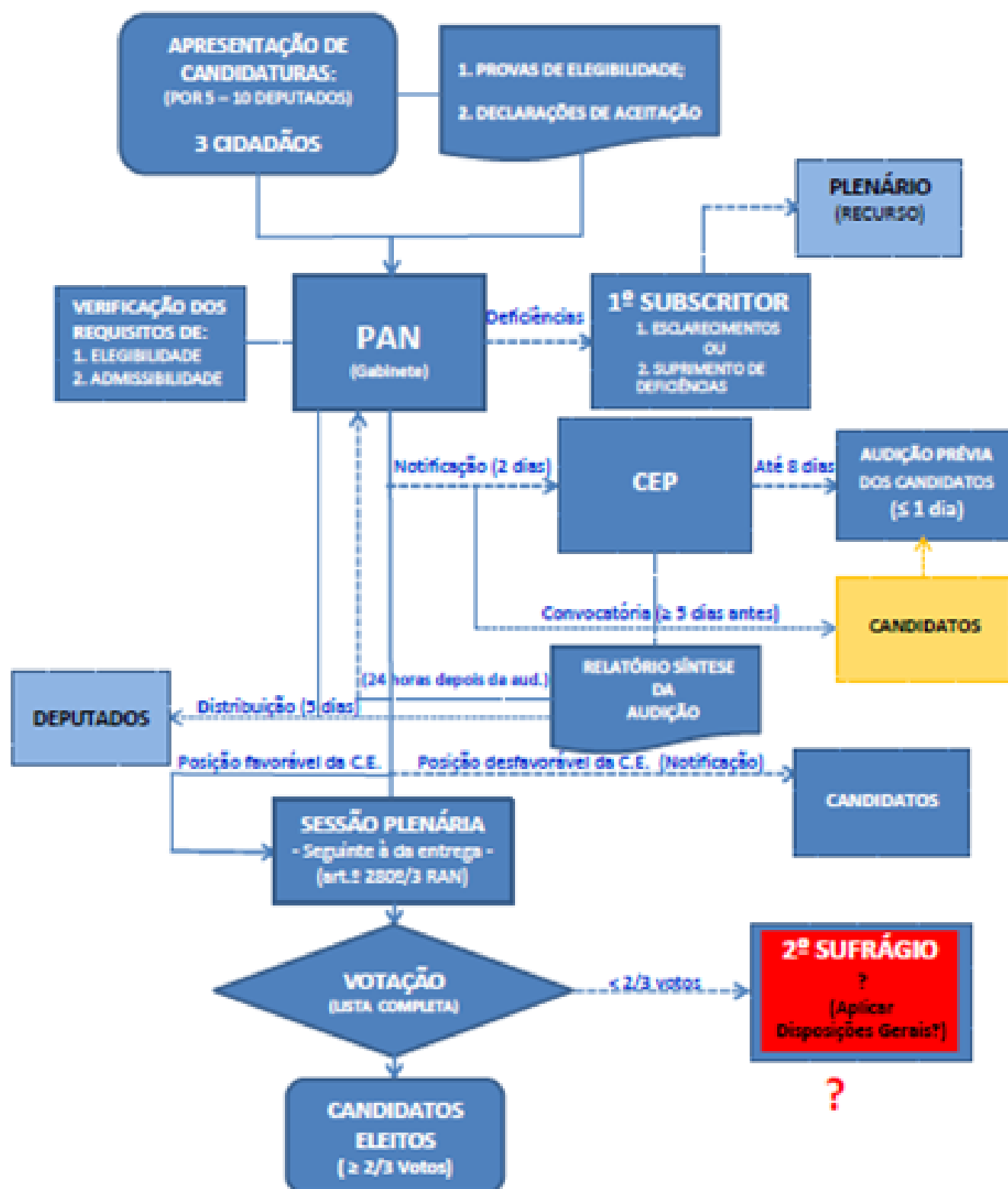
Disponibilização ao público?

## Membros do Conselho de Comunicação Social



#### 04. MEMBROS DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

(art.ºs 277º - 283º e 287º do RAN)



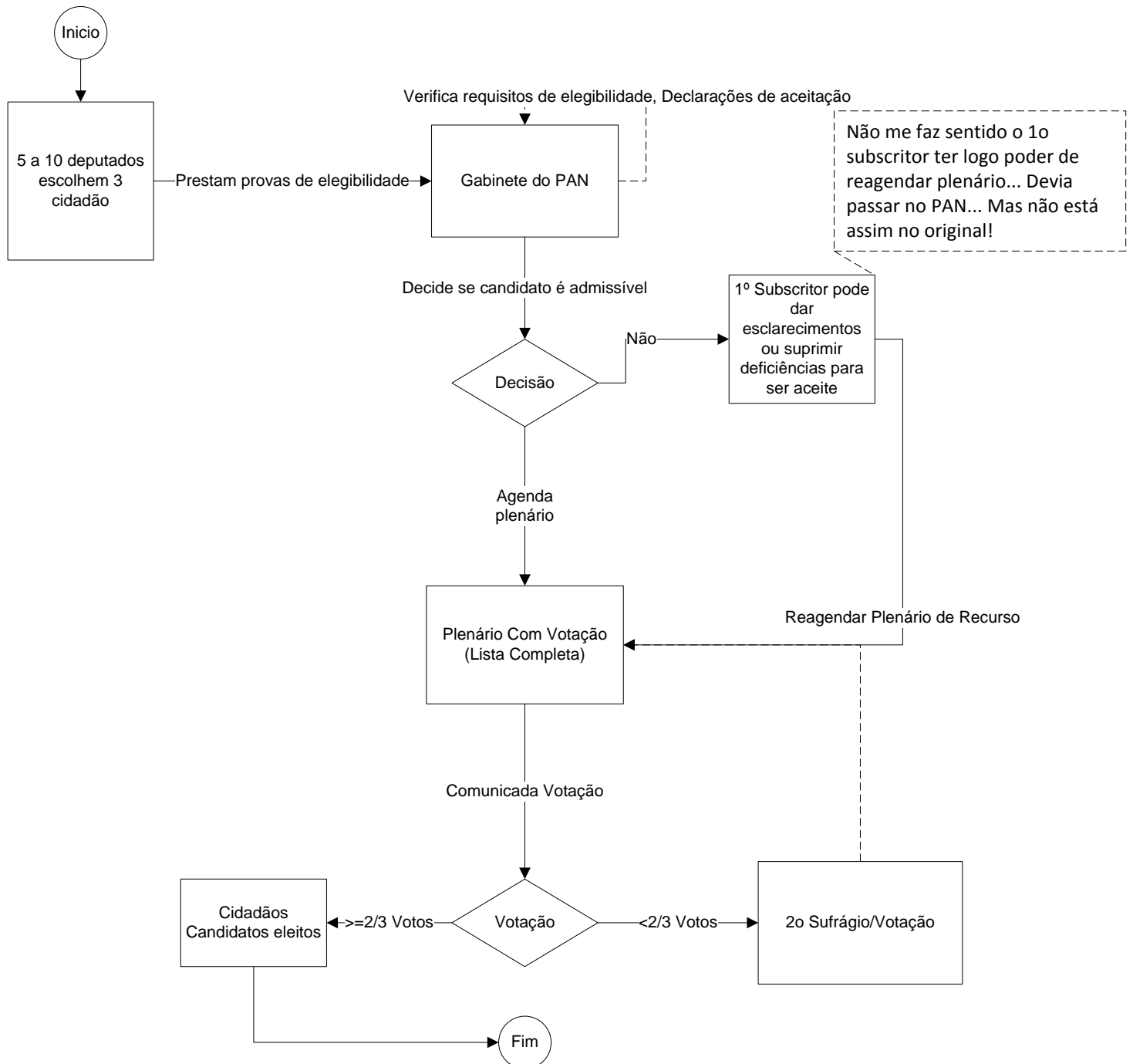
Obser: (Art.º 287º do RAN): "A Assembleia Nacional elege, nos termos da Constituição e da lei, três membros do Conselho de Comunicação Social. A eleição faz-se por listas completas e o sistema aplicável para o apuramento é o de representação proporcional, na modalidade do método de Hondt."

Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (eleição de membros do conselho superior da defesa nacional, provas de elegibilidade, auditoria)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* As provas de cada cidadão só começam a ser realizadas quando se entra no intervalo de número de deputados? São efectuadas em simultâneo?
- \* 1º Subscritor pode reagendar logo plenário?
- \* O que é um cidadão no sistema?

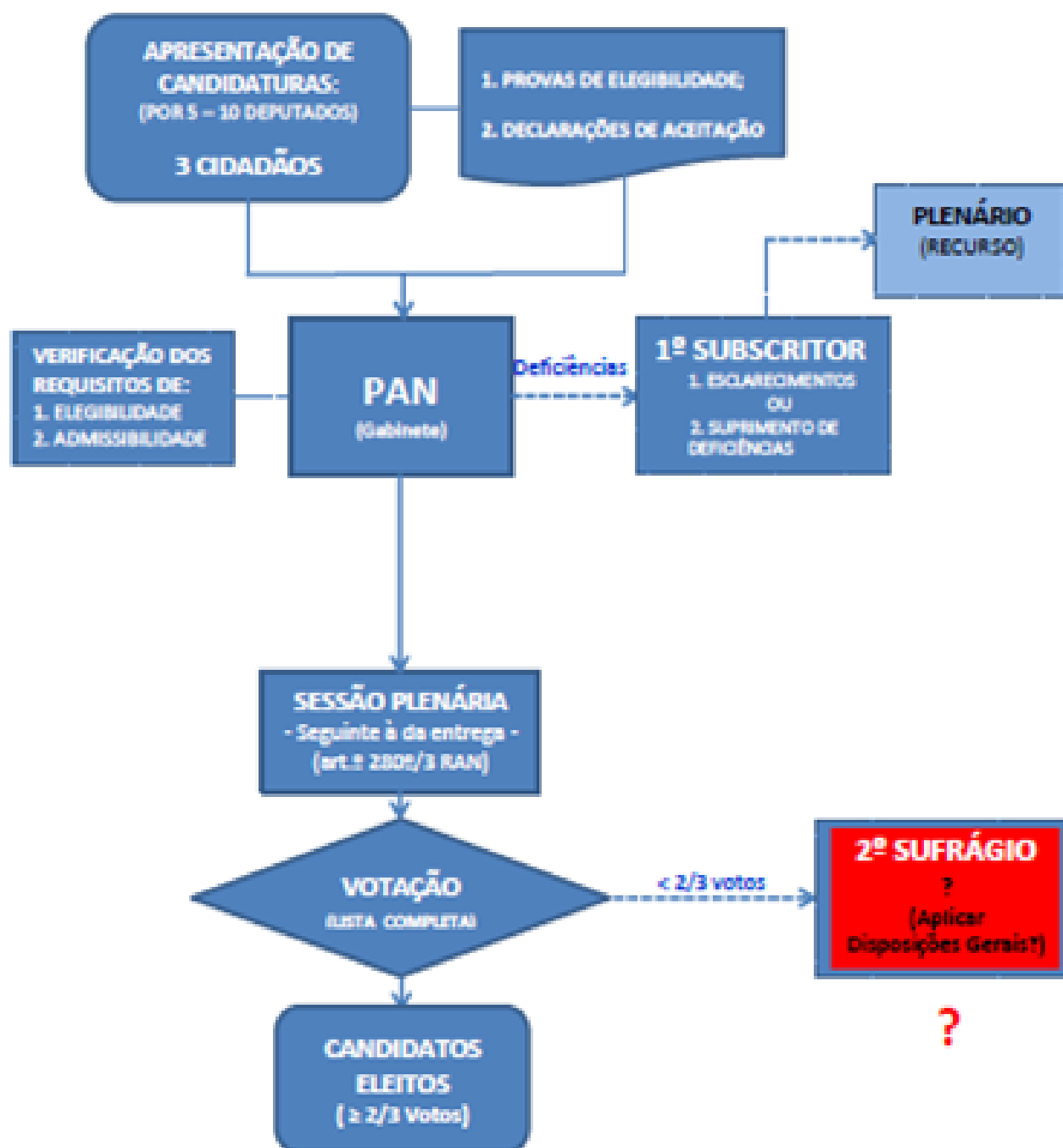
Disponibilização ao público?

## Membros do Conselho Superior da Defesa Nacional



## 06. MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DE DEFESA NACIONAL:

(art.ºs 277º - 283º e 289º do RAN)



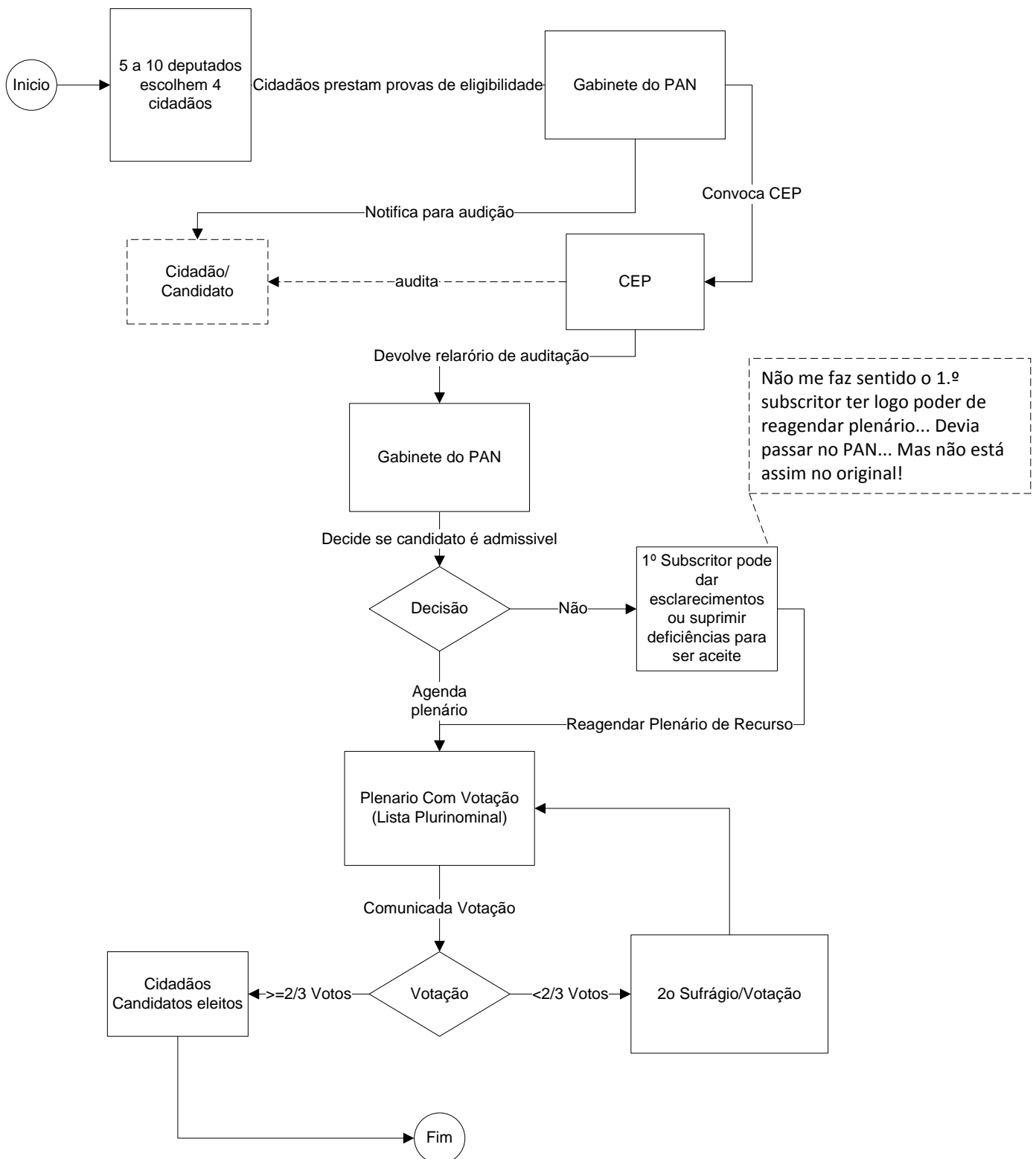
Obser: (Art.º 289º do RAN): "A Assembleia Nacional elege, nos termos da lei, três membros do Conselho Superior da Defesa Nacional. Na eleição dos titulares ... não se aplica o disposto nos artigos 279º (Audição pela Comissão Competente) e 280º (Relatório da Comissão) deste Regimento."

Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (eleição dos membros do conselho superior de Magistratura Judicial, provas de elegibilidade, auditoria)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* As provas de cada cidadão só começam a ser realizadas quando se entra no intervalo de número de deputados? São efectuadas em simultaneo?
- \* 1o Subscritor pode reagendar logo plenário?
- \* O que é um cidadão no sistema?

Disponibilização ao público?

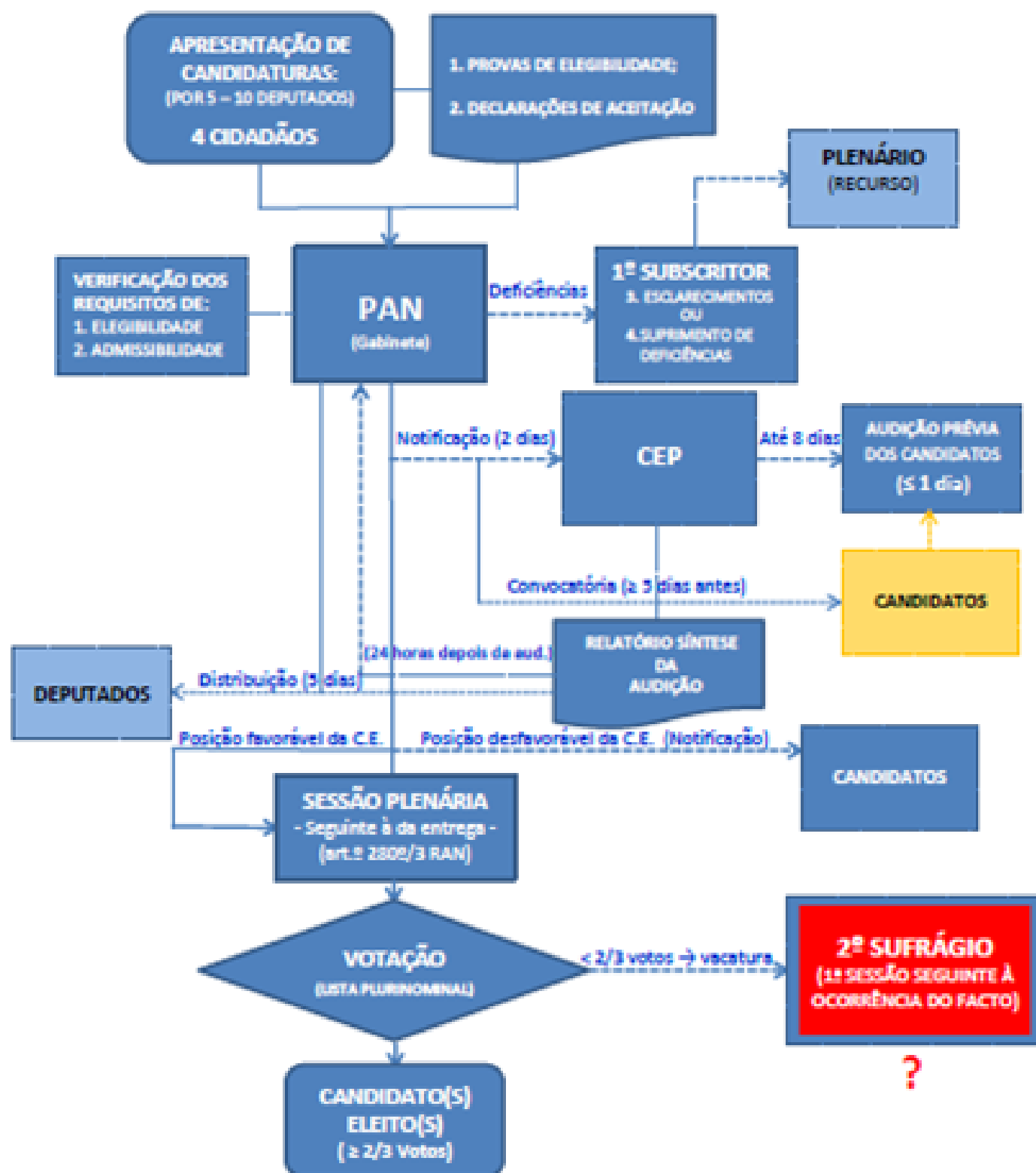
## Membros do Conselho Superior de Magistratura Judicial





## 02. MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA JUDICIAL:

(art.ºs 277º - 283º e 285º do RAN e 223º/5, alínea b) da CRCV)



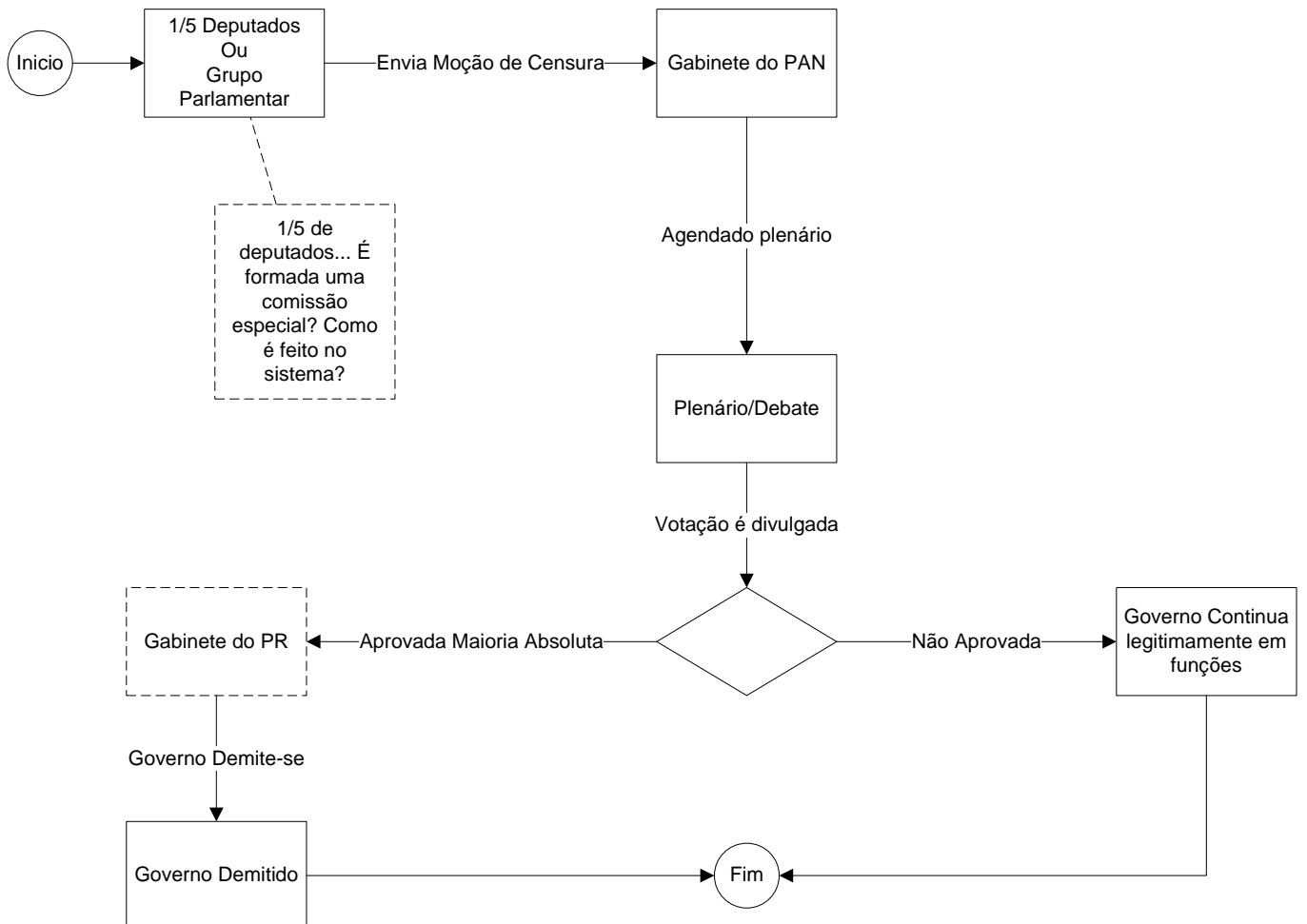
Obser: (Art.º 223º/5, alínea b) da CRCV): "O Conselho Superior da Magistratura Judicial é composto por nove membros, sendo ... quatro cidadãos de reconhecida probidade e mérito, que não sejam magistrados nem advogados, eleitos pela Assembleia Nacional". No caso de vacatura do cargo, a eleição far-se-á na primeira sessão seguinte à data da ocorrência do facto, por lista de candidatos a eleger para o cargo."

Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (moção de censura ao governo)
  - \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação

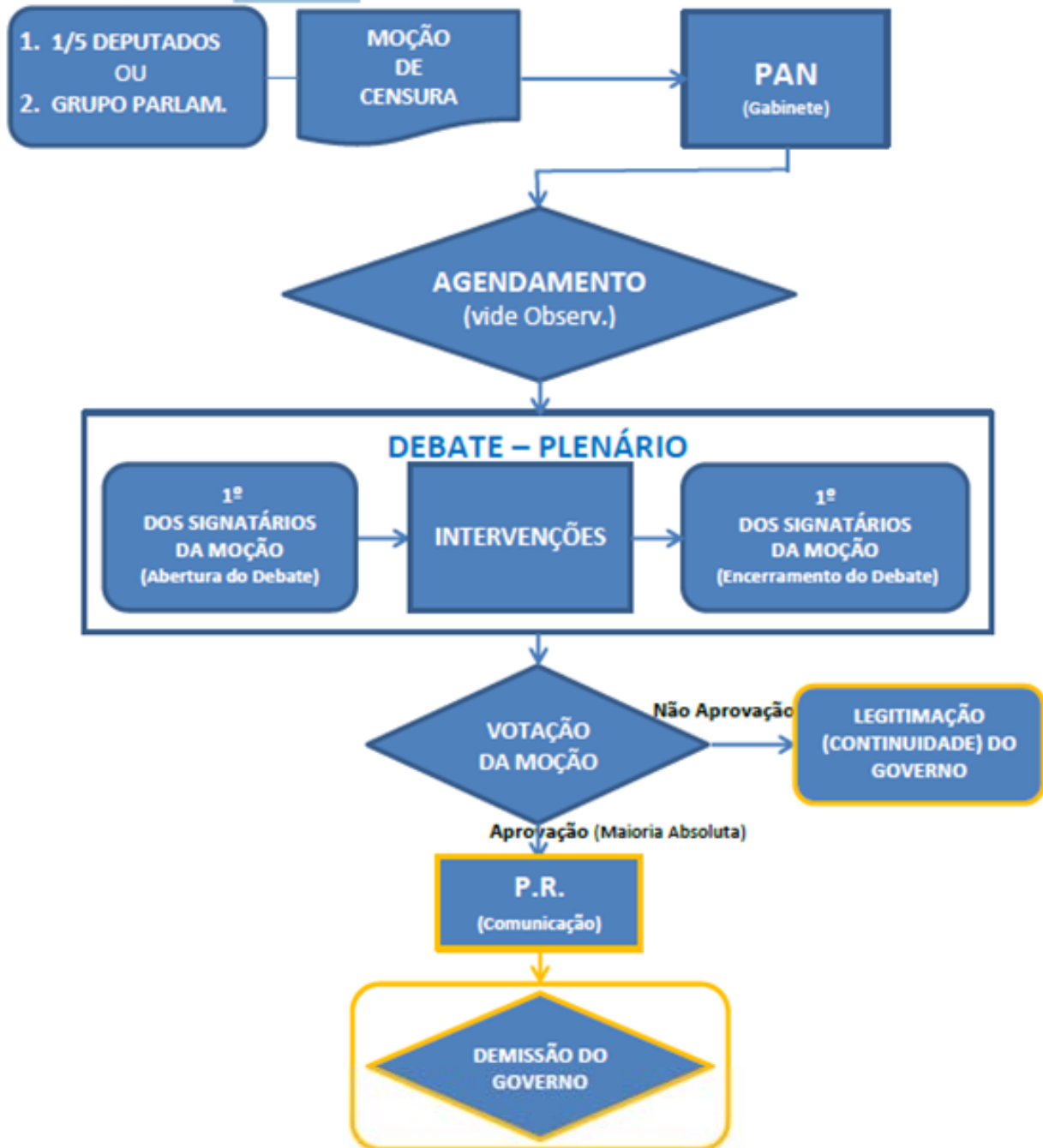
Disponibilização ao público?

## Moção de Censura



## II. PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA:

### 5. MOÇÕES DE CENSURA (art.sº 243º - 248º do RAN):



#### Obser:

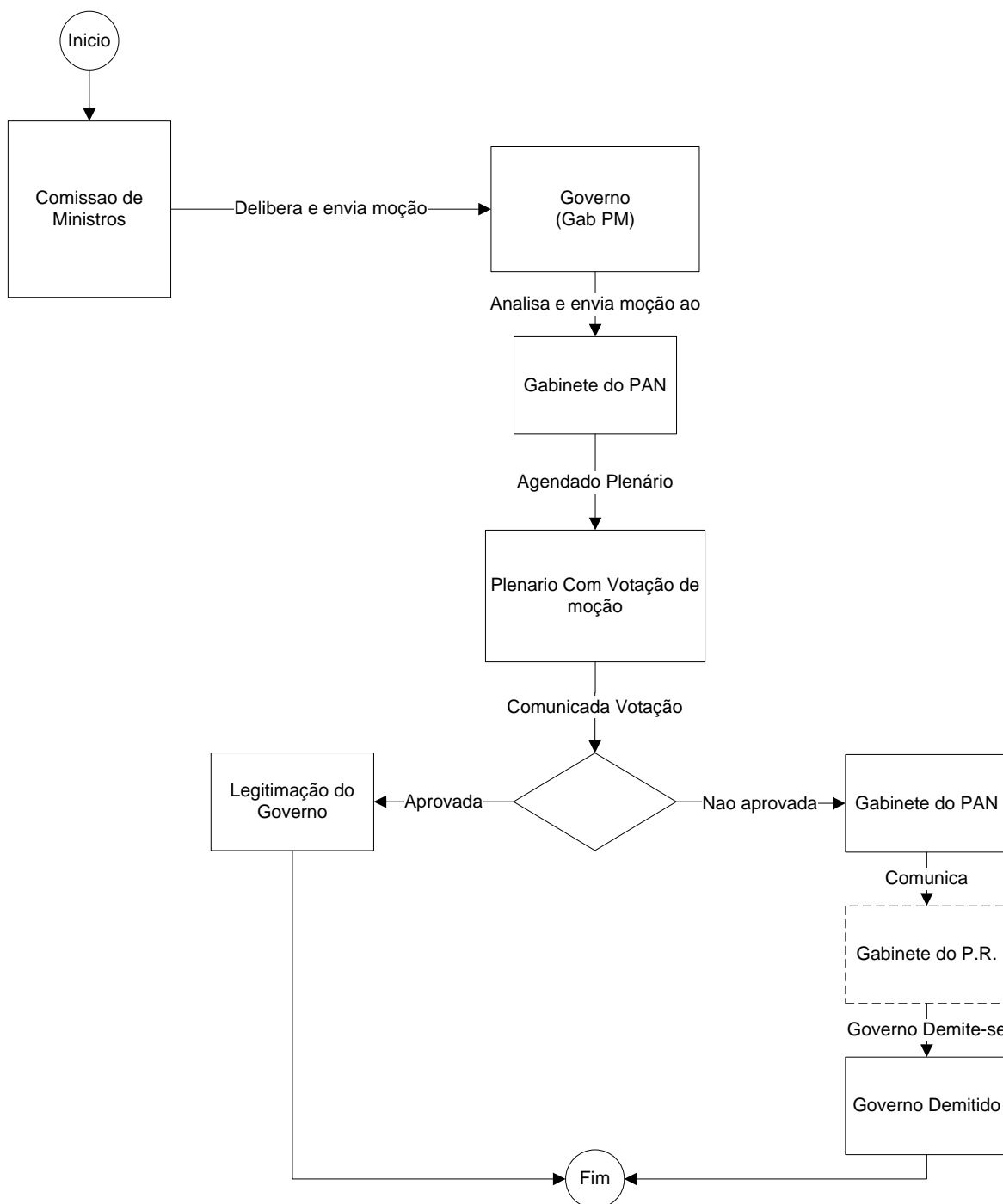
1. Uma vez apresentada, a moção de censura só pode ser apreciada no terceiro dia seguinte ao da sua apresentação (art.º 245º do RAN).
2. O debate não deve exceder quatro dias e, durante a sua decorrência, as reuniões da Assembleia Nacional não têm período antes da ordem do dia (art.º 246º/1 do RAN). A moção de censura pode ser retirada até ao término do debate, não podendo, os seus signatários, apresentar outra, na mesma sessão legislativa. (art.º 246º/4 do RAN).

Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (moção de confiança do governo)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* Que comissão de Ministros? Qualquer uma formada unicamente por ministros?
- \* Não pode haver um recurso da moção?

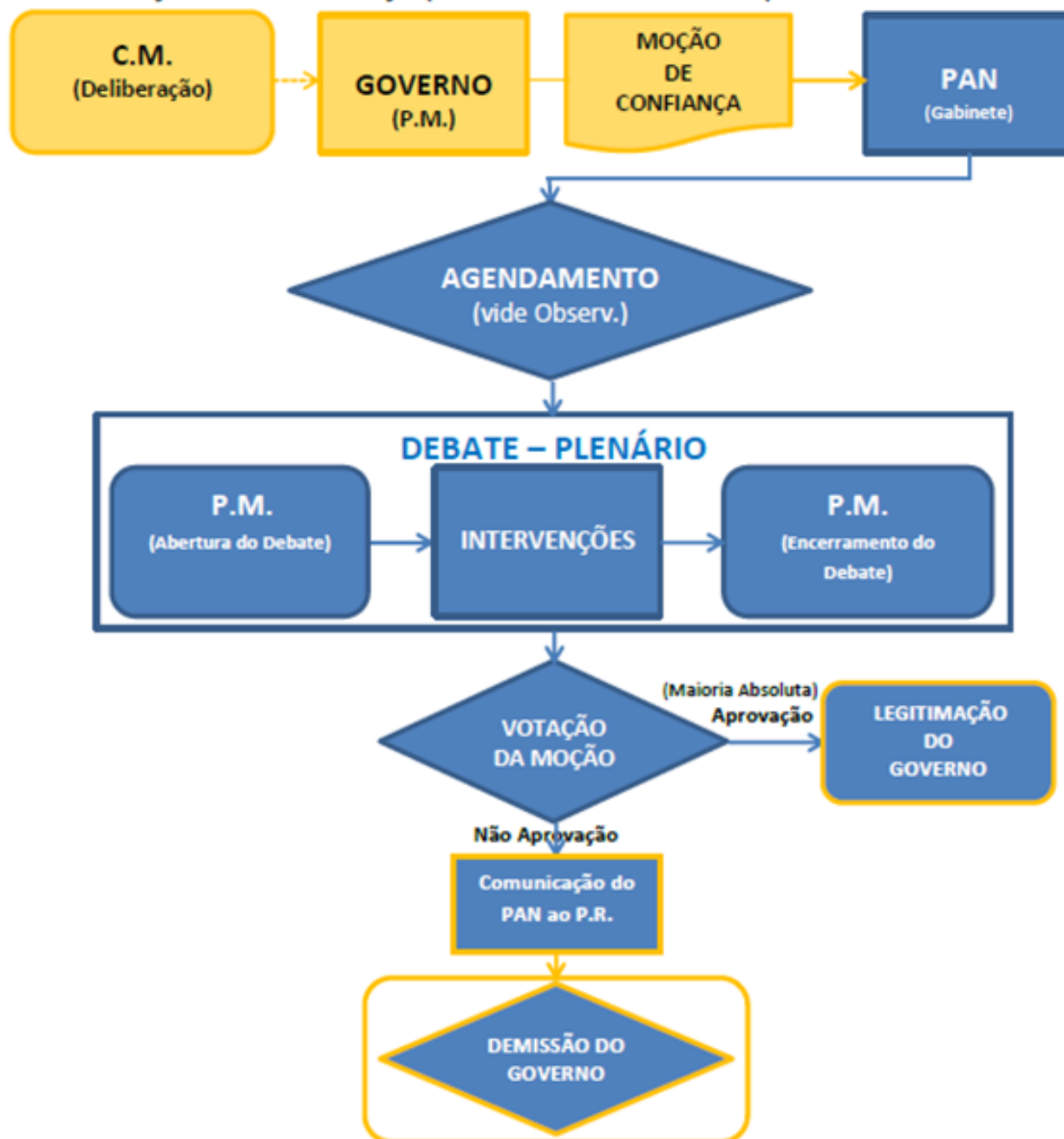
Disponibilização ao público?

## Moções de confiança



## II. PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA:

### 4. MOÇÃO DE CONFIANÇA (*art.sº 239º - 242º do RAN*):



#### Obser:

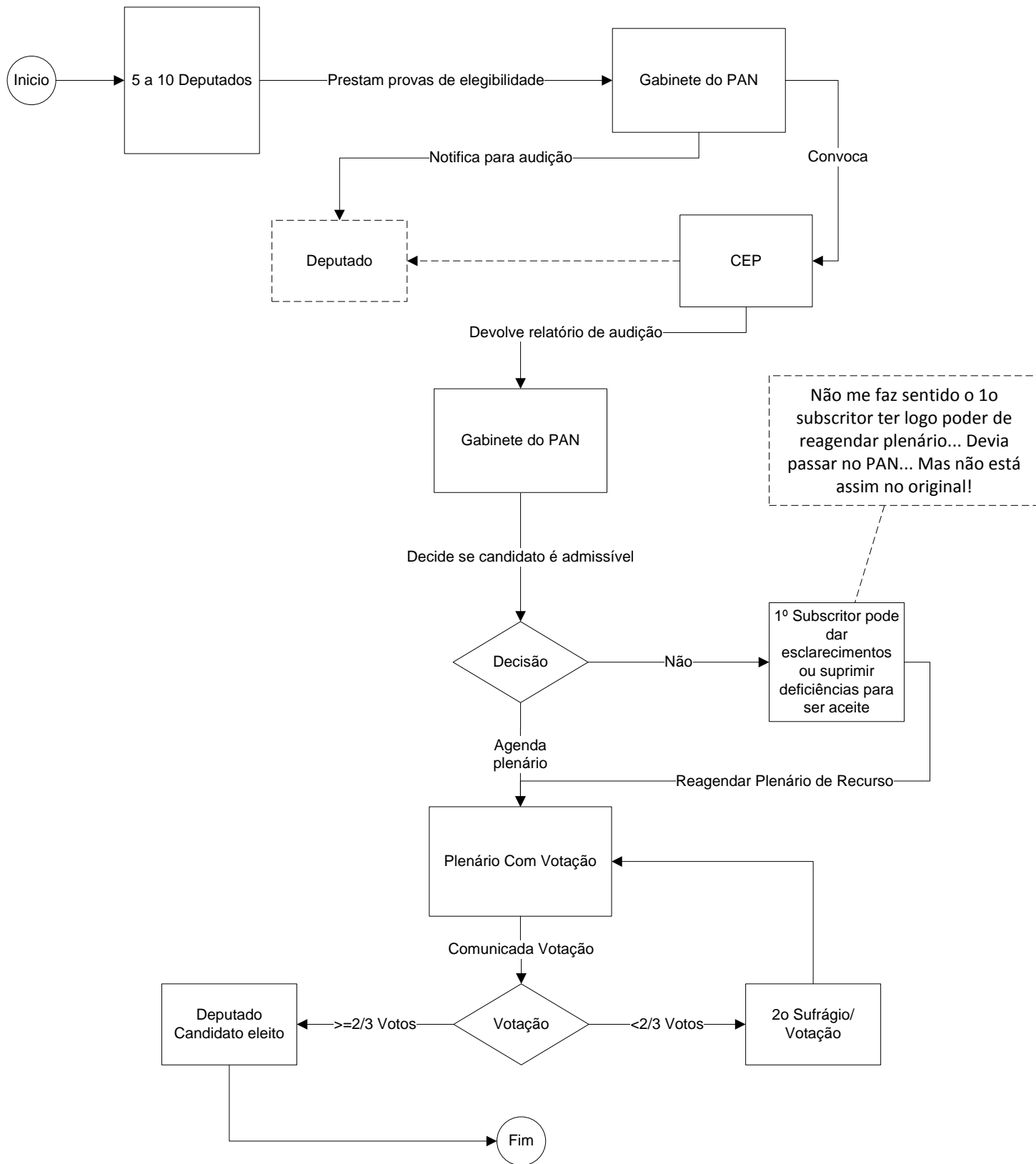
1. A discussão é iniciar-se-á no terceiro dia parlamentar que se segue à apresentação do requerimento ao Presidente da Assembleia Nacional, se a questão da confiança for desencadeada no decorrer de uma reunião ordinária da Assembleia Nacional. O Presidente da Assembleia Nacional, ouvidos os representantes dos Grupos Parlamentares, poderá convocar uma reunião extraordinária para a apreciação da questão, se as circunstâncias assim o exigirem. (*art.º 240º do RAN*).
2. Por deliberação do Conselho de Ministros, o Governo pode retirar a moção de confiança até ao início da sua discussão pela Assembleia Nacional. (*art.º 241º/3 do RAN*).

Informação necessária?

- \* Título
- \* Resumo
- \* Documento para análise (eleição de provedor de justiça, provas de elegibilidade)
- \* Quem pode modificar?
- \* Pode haver documentos anexos? Quando? Quem?
- \* Resultado da votação
- \* As provas só começam a ser realizadas quando se entra no intervalo de número de deputados, ou começam a ser realizadas logo à introdução da 1ª candidatura?
- \* 1º Subscritor pode reagendar logo plenário?

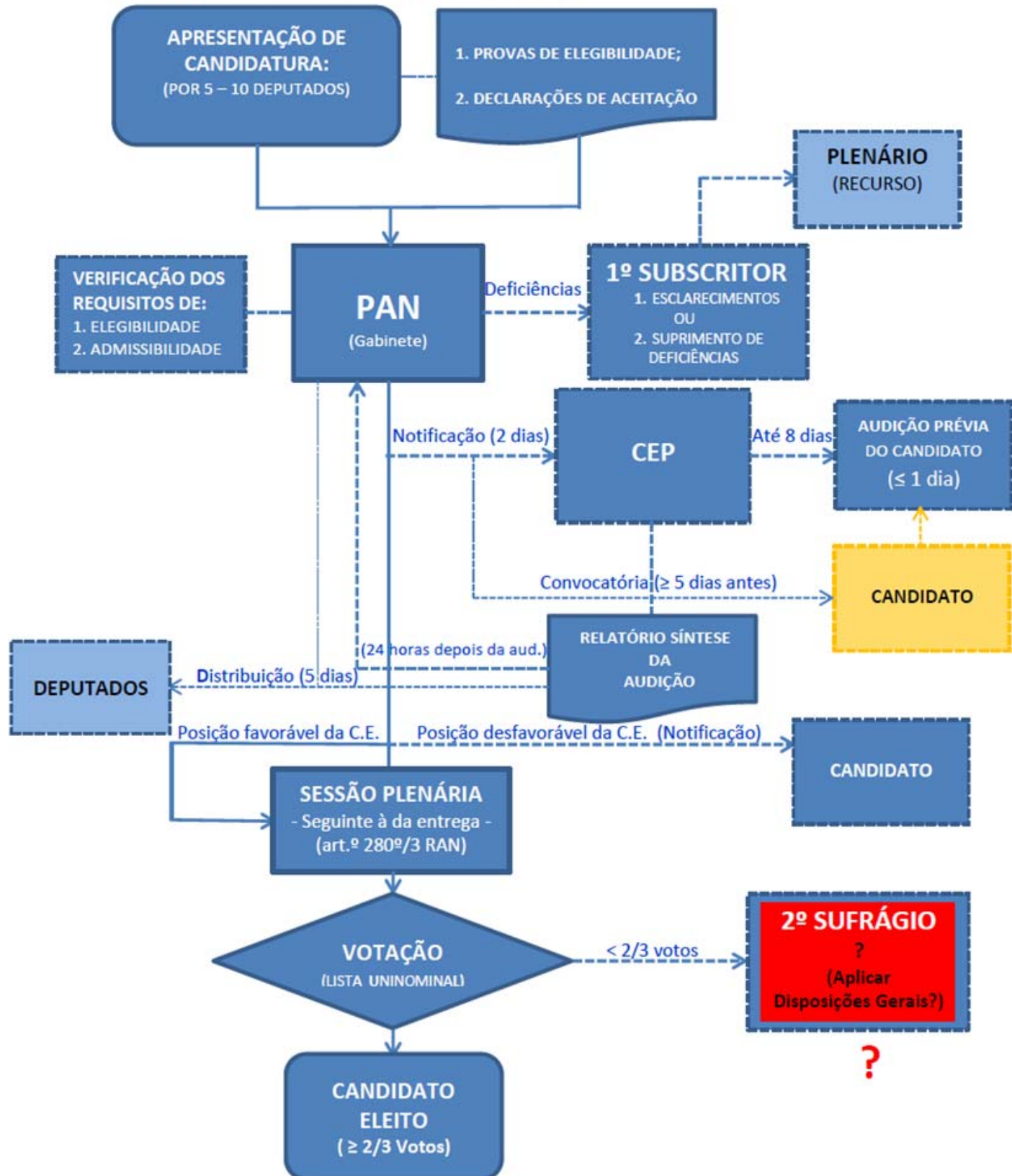
Disponibilização ao público?

## Provedor de Justiça



### 03. PROVEDOR DE JUSTIÇA:

(art.ºs 277º - 283º, 284º e 286º do RAN)



**Obser:** (Art.º 286º do RAN): "A Assembleia Nacional elege ... o Provedor de Justiça. Para a eleição do Provedor de Justiça é aplicável o disposto no artigo 284º deste Regimento (Juiz do Supremo Tribunal de Justiça).".